



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 4 /2019
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 28-06-2019**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 28-06-2019

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -28 de junho de 2019-----

INICIO - Quinze horas e quinze minutos horas-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha..... PS

MEMBROS - Maria Margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Manuel António Fernandes DominguesPSD

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

José Fernando Guedes CorreiaPS

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaPSD

Andreia Manuela Dias dos Santos GarciaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

António Simões de JesusPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Pedro Fernando Teixeira Alves MacedoPSD

Fausto Fernando Santos LoureiroPS

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Maria Bebiana Rafael Sampaio MarquesPS

Tiago Patrício Cadima JorgePSD

Diogo Manuel Miragaia Ferreira LimaPS

Henrique José Gonçalves CarmonaPSD

José Augusto Fernandes MateusPS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira Oliveira PS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves Batata INDEPENDENTE



(Buarcos e São Julião)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da Cunha	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Célia Catarina Querido Oliveira	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Luís Manuel Mendes Ribeiro por Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima, Mário João Menezes Paiva por José Augusto Fernandes Mateus, e Leila Maria Fidalgo Ferreira por Henrique José Gonçalves Carmona.-----

JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Luís Manuel Mendes Ribeiro, Mário João Menezes Paiva, e Leila Maria Fidalgo Ferreira.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO E EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL, AMBAS DE 2019

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação das atas das sessões ordinária de 27 de fevereiro e extraordinária de 25 de abril, ambas de 2019."---

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, Susana Oliveira Monteiro, Rui Pinto Ferreira, António Santos Salgueiro, e Vitor Gonçalves Alemão, e do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, Manuel Fernandes Domingues, e Célia Querido Oliveira, deliberou:

1 - por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Socialista, Diogo Miragaia Lima, do Partido Social Democrata, Henrique José Carmona, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2019;-----



2 - por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Socialista, José Fernando Correia, e do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura e Henrique José Carmona, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2019.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

HENRIQUE JOSÉ CARMONA apresentou a seguinte declaração de voto: "Eu abstive-me na votação destas duas atas simplesmente por não ter estado presente em nenhuma das referidas sessões da Assembleia Municipal."-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção na ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro deve-se ao facto de não ter estado presente na mesma."-----

Em relação à ata da sessão solene do 25 de Abril a Coligação Democrática Unitária quer corrigir a sua votação, ou seja, abSTEMO-nos. E porquê? Em primeiro lugar, queremos, mais uma vez, louvar o trabalho que é uma coisa imensa e sempre muitíssimo competente da Dona Helena. Ela não consegue fazer melhor, portanto, tem de ser assessorada. E já não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que alertamos para esta necessidade. Recebemos estas duas atas há dois dias e com o acumular de documentos e matérias importantes que há para estudar, não tivemos tempo de as ler.-----

Portanto, não vamos votar estas atas e isto vai acontecer no futuro sempre que não tenhamos tempo de as ler, porque não consideramos que seja eticamente aceitável votá-las."-----

JOÃO PAULO PINTO: "O art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, determina que não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que a ela respeita."-----

José Fernando Correia apresentou a seguinte declaração de voto: "Eu também me abstive na votação da ata da sessão extraordinária de 25 de abril, por não ter estado presente na referida sessão."-----

Relativamente à intervenção do deputado municipal João Paulo Pinto, sendo as votações nominais, não vejo outra forma na votação duma ata quando não participaram da respetiva sessão, senão absterem-se."-----



1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

“- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

- Concerto Dia da Mãe «Maio é Museu!»-----
- Lançamento e apresentação do caderno municipal «Azulejaria na Região Centro»--
- Espetáculo «Sociedade Artística Musical Carvalhense com Ana Laíns»-----
- Recital de Alaúde e Teorba, de Ricardo Leitão Pedro-----
- Conferência de Imprensa "Desporto para Todos"-----
- Espetáculos «Eliane Elias» e «Encerramento das XLII Jornadas de Teatro Amador» com a peça Faz-te Homem-----
- Abertura da exposição sobre a figura do Infante Dom Pedro de Coimbra e da Foz do Mondego-----
- Comemoração Nacional do Dia Nacional das Coletividades 2019-----
- Espetáculo «Figueira da Foz in the Night - Manhãs da Comercial ao Vivo»-----
- Conferência: Diálogos ComSentidos: «O Estado Laico»-----
- Gala de Mérito Desportivo do Concelho da Figueira da Foz - 2019-----
- Espetáculo com Ana Moura-----
- Conferência de Imprensa de apresentação do Programa das Festas da Cidade 2019-
- Espetáculo «Monólogos da Vagina»-----
- Sardinhada de São João-----
- Visita às obras do reforço dunar na Cova Gala, Figueira da Foz, com a presença do Ministro do Ambiente e da Transição Energética-----
- Espetáculo «Caída del Cielo de Rocío Molina»-----
- Inauguração do Centro Escolar de São Pedro-----
- Sessão Solene Comemorativa do Dia da Cidade e Entrega de Distinções Honorificas
- Abertura oficial da Feira das Freguesias-----
- Inauguração das obras de Requalificação e Beneficiação da Rua dos Pescadores--
- Conferência de Imprensa de apresentação da 7ª edição do RFM SOMNII-----
- Cerimónia do Hastear da Bandeira Azul-----

Convites conjuntos de:-----

- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz e Município da Figueira da Foz para o FigueiraSea 2019 «O mar e o desenvolvimento económico Sustentável»



- Município da Figueira da Foz e a ShortCutz Figueira da Foz para a Cerimónia de Encerramento do concurso Shortcutz Figueira da Foz Week-----
- Junta de Freguesia de Maiorca em parceria com a Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para a apresentação da Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca 2019-----
- Convites de:-----
- Conselho Económico e Social para a conferência «Desafios Demográficos - O Envelhecimento»-----
- Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para o 2.º Congresso de Adaptação às Alterações Climáticas-----
- Florida International University para a Conferência Allan Rosenbaum-----
- Direção Regional da Cultura do Centro para a Conferência Internacional «Cultura, Território e Desenvolvimento»-----
- Santa Casa da Misericórdia de Buarcos para a inauguração das obras de recuperação da Igreja da Misericórdia-----
- Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara para a 6ª edição dos Trilhos dos Moinhos da Gândara-----
- Magenta para a exposição de pintura do artista plástico angolano Júlio Madika-----
- Sociedade Instrução e Recreio de Lares para um Encontro de Bandas-----
- Polícia de Segurança Pública de Coimbra para um Concerto da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública e Fado ao Centro-----
- Programa Municipal Figueira Saudável para as Tertúlias Com Pais & Educador@s - Violência no Namoro-----
- Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Matos para as Festas da Ascensão 2019-----
- Pateo das Galinhas para a peça de teatro «Josefina e Clementina» cujas receitas revertiam para o Hospital de Dia/Serviço de Oncologia do Hospital Distrital da Figueira da Foz-----
- Associação de Pais Paião para o encerramento do ano letivo da Escola EB 2,3 Dr. Pedrosa Veríssimo-----
- Sociedade Boa União Alhadense para o V Encontro de Grupos de Música Popular Portuguesa-----
- Centro de Cultura e Desporto do Município da Figueira da Foz para a Sardinhada de S. João-----
- Comissão da Igreja Paroquial de Maiorca para as Festas de Santo António-----



- Magenta para a assinatura de um protocolo de parceria entre a Magenta e a União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP), de Angola-----
- Comissão de Festas de Santo António/2019 em Santa Luzia Lavos para as Festas de Santo António-----
- Figueira Sabor a Mar para a Apresentação do Festival das Caldeiradas-----
- Grupo em Formação de Maiorca para a Abertura Oficial do Grupo de Escoteiros de Maiorca-----
- Universidade Sénior da Figueira da Foz para o encerramento do ano letivo 2018/2019
- Casa do Povo de Maiorca - Figueira da Foz para o Festival António Maia Cardoso
- Festival Ibérico de Folclore-----
- Magenta para uma exposição internacional de arte-----
- Comissão de Festas Nossa Senhora da Graça de Vila Verde para as Festas em honra de Nossa Senhora da Graça-----
- Grupo Paroquial do Apostolado do Mar para as Festas de São Pedro em Buarcos---
- Carta do Sindicato dos Professores da Região Centro apelando para a não aceitação por parte da Câmara e Assembleia Municipal da transferência de competências na área da educação-----
- Ofício da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião dando nota da proposta do executivo da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião no sentido da não aceitação da transferência de competências da Câmara Municipal para aquela Junta de Freguesia, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei 57/2019, aprovada em sede de Assembleia de Freguesia de 25 de junho de 2019.-----
- Iniciativas Parlamentares:-----
- Projeto de Lei nº 1204/XIII/4ª que aprova as normas orientadoras do plano ferroviário nacional e um programa de investimentos para a sua execução, apresentado na Assembleia da República pelos deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda
- Declaração de Voto sobre as "Vítimas de Incêndios Florestais - 17 de Junho", remetida pela Deputada Fátima Ramos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e subscrita por ela própria e pelas deputadas Ana Oliveira e Manuela Tender."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Carla Ferreira Marques.-----

CARLA FERREIRA MARQUES: "Foi com surpresa e mesmo consternação que assistimos à



mudança de estratégia ambiental no que se refere ao controlo das ervas infestantes. Se foi verdade que no início do ano assistimos e aplaudimos de pé às medidas de controlo manual e mecânico das ervas infestantes nos locais públicos, não foi menos verdade que, na primavera deste ano (2019) se verificou um recuo incompreensível nas boas práticas, e um pouco por todo o concelho, assistimos à aplicação de herbicidas.-----

Entre nós, desde 2013 que existe no nosso ordenamento a Lei n.º 26/2013 de 11 de abril, que transpõe a Diretiva do Parlamento Europeu e do Concelho n.º 2009/128/CE, regulamentando as atividades relativas à aplicação de fitofarmacêuticos. Como devem compreender, não vou ler todo o diploma, ele é extenso, pelo que vou apenas destacar o que neste ponto é relevante.-----

Dispõe o art.º 32.º, no seu n.º 3 «Em zonas urbanas e de lazer só devem ser utilizados produtos fitofarmacêuticos quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente, meios de combate mecânicos e biológicos». O n.º 4 refere que, nas aplicações de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas e de lazer deve ser: «alínea b) dada preferência aos produtos fitofarmacêuticos de baixo risco ou que apresentem menor perigosidade toxicológica, ecotoxicológica e ambiental e que não exijam medidas adicionais particulares de redução do risco para o homem ou para o ambiente», e a «alínea e) Assegurado que são previamente afixados, de forma bem visível, junto da área a tratar, avisos que indiquem com clareza o tratamento a realizar, a data a partir da qual se permite o acesso ao local tratado, estabelecida de acordo com o intervalo de reentrada que, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos de 24 horas, bem como a identificação da entidade responsável pelo tratamento».-----

Mercê da pressão e queixas da população, em 2017, através do Decreto-Lei n.º 35/2017, o governo procedeu à primeira alteração da lei citada, prevendo um regime mais restritivo na utilização dos produtos fitofarmacêuticos, passando o art.º 32.º a ter a seguinte redação (foram incrementados novos números ao artigo): n.º 5 «sem prejuízo do disposto no art.º 31.º (...) não são permitidos tratamentos fitossanitários com recurso a produtos fitofarmacêuticos: alínea a) Nos jardins infantis, nos jardins e parques urbanos de proximidade e nos parques de campismo; b) nos hospitais e noutros locais de prestação de cuidados de saúde bem como nas estruturas residenciais para idosos; c) nos estabelecimentos de ensino».-----

O n.º 6 vai mais longe e determina: «A aplicação de produtos fitofarmacêuticos nos casos referidos no número anterior, apenas podem ser autorizadas nas seguintes



condições:-----
Alínea a) «Quando comprovadamente, não se encontrem meios e técnicas de controlo alternativas, nomeadamente, meios de controlo mecânicos, biológicos, biotécnicos ou culturais».-----
Aquilo a que assistimos, foi a utilização abusiva destes produtos. Veja-se que até então as invasoras eram controladas por via manual e mecânica, de resto, em conformidade com a lei em vigor. Não se compreende por que motivo se resolveu enveredar por uma prática ambiental nociva, em total desrespeito pela lei.-----
Assistimos, em matéria de aplicação, por exemplo, a aplicadores que usavam os devidos meios de proteção individual, é certo, a aplicar nos passeios, com transeuntes a circular imediatamente atrás, no mesmo passeio; em matéria de avisos, houve atropelos de todo o tipo: houve situações em que se colocavam os avisos ao mesmo tempo que faziam a aplicação, desrespeitando o dever de afixação prévia; houve casos em que nem sequer se afixaram avisos, optando por ignorar a obrigatoriedade; as que o fizeram, algumas delas pecaram por defeito, não enunciando o produto aplicado; as que publicitaram e indicaram o produto aplicado, informaram que foi o herbicida «Montana Sapec».-----
Numa consulta através da internet ao tipo de produto, verificamos que se trata de um produto com 31% de glifosato na sua composição. Se consultarmos a ficha de segurança do mesmo, verificamos que se trata de um produto tóxico, de perigosidade crónica para o meio ambiente aquático. Talvez agora se perguntem: mas se a aplicação é feita em terra, nos passeios e bermas, como pode haver riscos para o meio aquático? É que os rios começam nos bueiros, nas caixas com grelhas que encontramos junto a esses mesmos passeios. Mas não se fica por aqui, a referida ficha de segurança refere que é de toxicidade aguda para peixes, invertebrados aquáticos, algas e abelhas.-----
Não sei se já repararam, mas estamos a assistir a uma extinção em massa; de acordo com estudos científicos, cerca de 40% dos insetos estão em risco de extinção. Quantas joaninhas os aqui presentes avistaram este ano, por exemplo? Eu posso responder por vós, eu avistei uma ou duas... Isto constitui uma ameaça séria para todo o ecossistema. Isto é sério!-----
Nos locais onde, pelo menos, foram afixados os avisos, os donos dos animais domésticos, podem afastar os mesmos, mas, e pergunto, e quanto aos animais errantes? Recordo os aqui presentes que não existem animais errantes sem que a causa seja o homem, alguém os abandonou e os desgraçados acabaram por se reproduzir...



Quanto à questão da perigosidade do glifosato para a saúde humana, creio que é já sobejamente conhecido o seu risco, mas ainda assim, devo chamar a atenção para os aqui presentes para a declaração que a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro da Organização Mundial de Saúde (IARC-OMS) fez em 2015, tendo identificado o glifosato como «carcinogéneo provável para o ser humano», depois de ter estabelecido a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin.-----

Na realidade portuguesa, os números relacionados com o Linfoma não-Hodgkin não deixam margem para dúvidas: este tipo de cancro de sangue é dos cancros que mais se regista em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano.-----

Sei que este apelo que aqui faço encontra recetividade junto do executivo da câmara, mas não chega, é necessário um esforço conjunto, por isso lanço este apelo. Procedam de forma unânime, através das vossas próprias responsabilidades nas diferentes freguesias onde atuam, ao afastamento destas más práticas ambientais. Juntos conseguimos melhorar a vida de todos.-----

Esta é uma luta que tem de ser feita diariamente, com o contributo de todos, para benefício de muitos, porque não queremos nem um grau a mais, nem uma espécie a menos!-----

Muito obrigada pela vossa atenção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Este assunto é da maior pertinência e atualidade. Não posso dizer que concordo com tudo porque, na realidade, nós não alterámos a política e temos vindo a reduzir drasticamente a aplicação de herbicida. Aliás, é do conhecimento público que no ano passado solicitei aos Presidentes de Junta, até para salvaguarda deles, que não aplicassem o herbicida.-----

Experimentou-se o sal, mas hoje a sua aplicação não é aconselhável por tornar estéreis as terras. Quem não se lembra da história das conquistas dos romanos que aplicavam sal nesses territórios para os tornar estéreis!-----

Experimentámos o vinagre hoje também perfeitamente desaconselhável, porque acidifica os solos. Fizeram-se, ainda, duas experiências com máquinas com uma caldeira de água a ferver mas não deu resultados, pois as ervas ainda germinam mais depressa ao colocar-se água quente no solo.-----

Aquilo que temos feito, na realidade, é incidir e aumentar o corte de infestantes com meios mecânicos, do meu ponto de vista, mais favoráveis que a aplicação de herbicidas. Também têm os seus problemas na pegada ecológica porquanto, a maior



parte das máquinas são a dois tempos em que a gasolina tem óleo muito poluente, e depois utiliza-se plástico para destruir as infestantes.-----
Peço-vos desculpa, vou utilizar 45 segundos para ser populista, coisa que gosto pouco. Está aqui presente na sala uma pessoa que foi Presidente de Junta, atualmente já não o é, e há alguns anos eu pedi-lhe para não aplicar herbicida na valeta do lado da minha rua que eu trataria disso com a minha roçadora. E, de vez em quando, quando eu me esquecia ele alertava-me e eu lá ia limpando.-----
Infelizmente, hoje não conseguimos reduzir a utilização de herbicidas porque não temos mão de obra. E isto só se resolve de duas maneiras - ou todos nós tratamos também um pouco do nosso espaço (e não estamos habituados a isso, achamos que pagamos impostos e multas para o Estado e as autarquias tratarem de tudo, e é uma maneira de estar e de opinar), ou temos uma participação mais ativa e colaboramos todos nesta questão.-----
Hoje, reforçamos um pouco a aplicação de herbicida, mantendo sempre níveis muito inferiores aos do passado, apenas para evitar que a cidade e os espaços públicos pareçam estar abandonados.-----
A Câmara contratualizou mesmo uma empresa certificada para fazer essa aplicação. Essa empresa está aqui há quinze dias ou três semanas, só consegui pôr no terreno 4 pessoas, e temos na verdade uma situação complexa entre mãos.-----
É importante para nós o corte das faixas de gestão de incêndio, estão-se a plantar novas árvores, fundamentalmente, árvores de fácil polinização, pois sem polinização não há agricultura, e sem agricultura há fome. A minha preocupação até vai mais longe porque, fundamentalmente, alguns desses herbicidas são aplicados na agricultura de alimentos que, depois, entram na nossa cozinha e no nosso corpo.-
Para concluir, permita partilhar que se estava para aplicar herbicida numa zona com muitas infestantes, e as pessoas daquela rua pediram para não ser aplicado comprometendo-se a tratar da rua. E o Município acedeu ao pedido.-----
Estamos a reduzir a aplicação de herbicida ao ínfimo e acredito que a empresa certificada está a cumprir estritamente a lei. E na dúvida, vou pedir aos nossos técnicos para confirmar isso mesmo.-----
E a Lei, como referiu e muito bem, impede a aplicação de herbicidas junto a jardins de infância, parques infantis, Centros de Saúde, e linhas de água. Esse é o nosso pressuposto mas, este foi um equilíbrio que conseguimos encontrar, precisamente porque há falta de mão de obra.-----
Também consta da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal uma alteração ao



Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal visando o reforço de recursos humanos para este efeito."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Gonçalo Oliveira.-----

GONÇALO OLIVEIRA: "O motivo que aqui me traz hoje é algo que nos deve preocupar a todos. Por essa razão, venho pedir a vossas excelências a devolução da Freguesia em que nos encontramos, neste momento, a Freguesia que me viu nascer e crescer nestes últimos 20 anos, a Freguesia de São Julião.-----

Considero que os executivos liderados pelo Presidente de Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, José Matias Tavares, têm desde 2013 feito um trabalho excecional ao serviço desta Freguesia.-----

Mas, como habitantes de uma freguesia que nos foi retirada pelo Partido Social Democrata e pelo Movimento "Figueira 100%", em tempos conturbados da história de Portugal, considero que é essencial a devolução da Freguesia de São Julião.-----

Lanço aqui várias questões. Perguntaram aos habitantes de São Julião se queriam a junção à Freguesia de Buarcos? Perguntaram aos habitantes de Buarcos se concordavam com a junção à Freguesia de São Julião? Queriam que a sua Freguesia deixasse de ser autónoma? Sabiam que, em 2011, a população de São Julião era de 9.686 habitantes e a de Buarcos de 8.602? São as duas maiores Freguesias do Concelho que, neste momento, se encontram juntas.-----

Caros deputados municipais é hora de devolverem o que nos foi retirado. É hora de repor a injustiça feita no ano de 2011. É hora de nos unirmos em torno da Figueira da Foz, deixarmos para trás qualquer tipo de interesses pessoais, e pôr o Povo à frente de qualquer medida.-----

Caros amigos, tenho 20 anos e, infelizmente, não vejo os jovens da minha terra a lutar para que devolvam o que nos retiraram, mas estarei sempre na linha da frente na defesa da Freguesia de São Julião e da nossa Cidade.-----

Aqui deixo também uma palavra ao Partido Socialista, à Coligação Democrática Unitária e ao Bloco de Esquerda, que sempre se opuseram a esta catástrofe que, mais uma vez relembro, nos foi imposta pelo Partido Social Democrata e pelo Movimento "Figueira 100%".-----

Por fim, agradecer ao Senhor Presidente de Junta, José Matias Tavares, por desde 2009 defender a Freguesia de São Julião e que, desde sempre se demonstrou contra esta junção, mas também sempre defendendo os interesses de ambas as Freguesias. Não posso esquecer também daquele que foi o principal opositor da anexação de São



Julião a Buarcos. Refiro-me ao último Presidente da Junta de Freguesia de São Julião, o Coronel Góis Moço, para ele uma palavra de agradecimento muito especial. Cordiais cumprimentos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Apenas um ponto de ordem. Foi-nos lançado um repto ao qual não podemos responder estatutariamente. Por isso, fica desde já a nossa chamada de atenção para que neste aspeto o Regimento da Assembleia Municipal deva ser alterado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Como é do conhecimento público, está em fase de acerto uma legislação relativamente à constituição e separação da agregação de Freguesias. Portanto, a Assembleia da República será o espaço certo para as pessoas colocarem as suas questões e as suas propostas, utilizarem o seu papel e a sua intervenção enquanto cidadãos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Somos um grupo de cidadãos - Pedro Jorge, Mário Oliveira, Rui Grilo, Carlos Sete - dos quais dois deles, Pedro Jorge e Carlos Sete, por motivos diversos não puderam estar presentes.-----

Faz dois anos no próximo dia 25 de julho, entregámos uma proposta e petição de assinaturas de cidadãos da Figueira da Foz e Buarcos pela desagregação das Freguesias de Buarcos e de São Julião. A primeira petição entregue continha 1.705 assinaturas e, mais tarde, entregou-se uma outra com mais de 1.000 assinaturas. - Foi convocada uma Assembleia de Freguesia extraordinária para apreciação e votação da mesma. Foi aprovada com dez votos a favor (cinco da Coligação Somos Figueira, um da Coligação Democrática Unitária, quatro do Partido Socialista), duas abstenções do Partido Socialista, e um voto contra do Partido Socialista.----- Depois de aprovada, a Presidente da Assembleia de Freguesia, na altura, disse que ia encaminhá-la pelas vias legais para os respetivos Gabinetes da Assembleia da República.-----

Passados anos, tanto a Assembleia como a Junta de Freguesia nada sabem sobre o andamento do processo. Por isso, na última assembleia e no tempo destinado ao público, questionamos se tinham enviado as propostas e se era possível consultar os ofícios comprovativos do seu envio. A Freguesia disse sim depois de consultar o Presidente da Junta e nós agradecemos a amabilidade do Presidente da Assembleia



de Freguesia de ter permitido a troca de palavras sobre este assunto com alguns membros da mesa.-----

Voltei no dia seguinte à Junta de Freguesia e nada aconteceu, a Senhora Secretária chutou-me para canto, como se costuma dizer na gíria futebolística. Só poderia ter acesso aos documentos com uma ordem do Presidente da Assembleia de Freguesia e, para isso, tinha de enviar um email a pedir autorização. O Presidente da Junta de Freguesia nada podia fazer.-----

Como é possível, num dia sim, noutra dia não?! Será que há outros interesses que nós cidadãos desconhecemos? Ou não há vontade?-----

Na proposta de lei para ser votada na Assembleia da República, no art.º 8.º sob o título «população e território» pode ler-se «1 - O presente critério deve ter em conta a verificação dos seguintes requisitos:-----

a) Número de eleitores igual ou superior a 2% dos eleitores do respetivo município, não podendo ser inferior a 1.150 eleitores por freguesia;-----

b) A área da freguesia não pode ser inferior a 2% nem superior a 20% da área do respetivo município».-----

Será que a Figueira não possui estes requisitos para voltar a ter a sua Freguesia? Ficámos magoados com a displicência com que os órgãos de freguesia estão a tratar desta questão tão importante para os Buarcosenses e Sãojulinenses.-----

Somos abordados constantemente pelos subscritores da petição que nos fazem perguntas e nós nada temos para lhes dizer.-----

Sabemos dos nossos deveres, mas também sabemos dos nossos direitos de cidadania enquanto fregueses. O passado para nós é passado, o que nos interessa é o presente e o futuro. Com quem e como havemos de repor as freguesias como estavam.-----

Se me permitem eu vou ler um texto que foi publicado e no qual este grupo se revê:

«Da cidade sobram-nos murmúrios das gaivotas/o espelho do rio em tarde de dezembro/O Sol da madrugada lavada pela espuma/a curva do mar/um último cigarro a desoras/o gemido da ronca de uma noite de cacimba/o cheiro forte da maré vasa/um ombro seguro duma esquina ociosa/a luz de uma manhã clara/o dorso lambido da Serra/o cuspo de lágrimas e limos/um cais alegre de saudade/essa era a cidade das coisas que aqui guardo comigo/e em cada regresso à vista da ponte salta a mesma emoção/afogo com olhar o casario baixo e, em silêncio contido/chamo pela minha gente/repito, chamo pela minha gente/E assim renasço em cada volta/ritual breve de emoção no rosário dos dias que passam/até que os meus olhos de água não vejam mais. Isto é um texto da Figueira vista pelo Doutor Melo Biscaia.»-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “ Nada tenho a acrescentar em relação à sua intervenção. No entanto, não posso deixar de sublinhar que os órgãos autárquicos são perfeitamente independentes, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal não têm nenhum ascendente sobre as Assembleias de Freguesia. São órgãos autárquicos eleitos autonomamente e também eles detentores da sua própria autonomia.-----
Apenas me permito dizer, a título meramente informativo, que perante requerimento temos o direito a ter acessos aos documentos, no estrito cumprimento da lei.”---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - POR UM MUNICÍPIO SEM GLIFOSATO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Os riscos do herbicida glifosato são sobejamente conhecidos e discutidos nos dias de hoje na sociedade portuguesa, crescendo, igualmente, a exigência da aplicação do princípio da precaução, tanto mais que um conjunto novo de dados tem vindo a ser conhecido. O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva, é de venda livre e de fácil acesso, sendo o mais vendido no país. No país, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços das autarquias que o aplicam em praças, jardins, passeios, estradas e cemitérios. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos, e estes têm demonstrado que o glifosato tem uma presença sistémica nas nossas vidas.-----

A primeira proposta para proibir o glifosato foi apresentada na Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda no início de 2015, e recomendava ao Governo a proibição do uso do glifosato. Na presente legislatura, no início de 2016, o Bloco apresentou igualmente a primeira proposta sobre este tema, recomendando ao Governo o voto contra a renovação do uso do carcinogénico glifosato na UE e a implementação no país dessa proibição do uso. De igual modo, este Grupo Parlamentar foi o autor do primeiro e até agora único projeto de lei discutido e votado, em maio de 2016, sobre glifosato que visava a proibição da aplicação de produtos contendo glifosato em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação.-----

Apesar da rejeição das propostas, mormente do projeto de lei, e face à pressão popular que a discussão da temática gerou, a legislação da aplicação de



fitofármacos foi alterada pelo Governo. Esta alteração foi, de facto, um avanço e o reconhecimento de um problema real, mas ainda assim tímido face às necessidades. Para além do mais, o uso de pesticidas continuava permitido na generalidade do espaço público. A discussão do projeto de lei do Bloco de Esquerda, em 2016, decorreu após a Organização Mundial de Saúde ter classificado o glifosato como comprovadamente cancerígeno em animais e provavelmente cancerígeno em humanos, e a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro da Organização Mundial de Saúde (IARC-OMS) identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin e declarou, em março de 2015, o glifosato como «carcinogénico provável para o ser humano».

Atendendo às evidências científicas de que este composto é cancerígeno, a população deve ser protegida e não ser exposta sem escolha a este composto, e neste sentido o uso do glifosato deve ser interdito.

Antes da discussão do seu projeto de lei em 2016, o Bloco de Esquerda questionou por escrito todas as Câmaras Municipais do país sobre a utilização de glifosato no espaço público. Das 107 autarquias que responderam, 89 admitiram que usam, incluindo o Concelho Figueirense, e 18 que já não o usam. No entanto, publicamente várias autarquias deram conta de ter abandonado o uso deste herbicida e de terem adquirido equipamentos para o tratamento de espaço público com outros métodos. Este facto mostra que é possível que autarquias, independentemente da sua dimensão, possam abandonar os métodos fitofármacos de tratamento do espaço público.

A 13 de abril de 2016, o Parlamento Europeu aprovou uma recomendação à Comissão Europeia para que seja proibida a utilização de produtos com o glifosato em espaços urbanos. A proteção integrada é o modelo defendido quer por especialistas, quer pela legislação europeia (Diretiva n.º 2009/128/CE) para a aplicação de pesticidas. Os Estados-membros podem optar pela proibição de pesticidas no seu território. Neste sentido, avaliada cada situação, devem ser estudadas as soluções não químicas (métodos mecânicos, térmicos ou outros) ou químicas a adotar. Esta metodologia tem também como objetivo diminuir o recurso ao uso de pesticidas.

Na sessão da Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2018 foi apresentada e aprovada por unanimidade a abertura de um procedimento de concurso público, com publicação internacional, para a Aquisição de Serviços de Controlo de Infestantes Herbáceos no Concelho da Figueira da Foz em Lotes, tendo este serviço já sido concessionado, situação abordada e referida em reunião de Câmara de dia 8 de abril de 2019. Contudo, após esta concessão têm existido queixas da população, em



diversas freguesias, da utilização de infestantes herbáceos, com glifosato na sua composição.-----

Tendo em conta os desenvolvimentos ocorridos com a descoberta da influência da indústria nas decisões europeias sobre este químico, a sua omnipresença na sociedade e nos corpos de cidadãos residentes, o facto de várias autarquias terem abandonado o uso do glifosato e adotado meios alternativos, aos princípios da precaução e da proteção integrada, o crescente alarme social e os respetivos riscos para a saúde pública, consideramos que estão reunidas as condições para o Concelho da Figueira da Foz ser declarado município sem glifosato nos seus espaços públicos.

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, na sua sessão ordinária de 28 de Abril de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal da Figueira da Foz:-----

1. A real implementação do plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;-----

2. O abandono em definitivo da utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “O grupo municipal do Partido Socialista também se preocupa com as questões ambientais e gostaria de acompanhar a votação desta proposta de recomendação, no entanto, tem a noção que acabar de um dia para o outro com o herbicida glifosato é, infelizmente, uma realidade não passível de ser concretizada.-----

Tal como o Presidente da Câmara disse, e muito bem, não se pode eliminar de um dia para o outro a aplicação de glifosato sem que haja uma solução de substituição, porquanto, foram experienciadas algumas alternativas nesse sentido, como o sal e o vinagre, sem resultados satisfatórios e com prejuízos para os solos.-----

Portanto, a nossa proposta é no sentido do Bloco de Esquerda introduzir num parágrafo da sua recomendação, se assim o entender, algo que dissesse para se ir eliminando a aplicação do herbicida glifosato gradualmente ao longo do tempo, não balizando e terminando radicalmente de um dia para o outro com a mesma.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Concordo com o deputado municipal João Raul Portugal, pois a eliminação da aplicação do glifosato não pode ser feita de um dia para o outro.-----



Assim, acompanhando as suas palavras, o ponto dois passaria a ter uma redação deste género «deliberar e recomendar à Câmara Municipal o abandono progressivo da utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos, até que seja definitivo».

Porque cedo até ao ponto que não seja livre a aplicação do glifosato.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Iria dizer que o grupo municipal do Partido Social Democrata iria votar a favor desta recomendação mas, agora, confesso ter ficado baralhado.

Porque não se pode pedir aos particulares para de um dia para o outro tomarem medidas, quando as próprias instituições públicas ficam indefinidamente com estas calendarizações para as calendas.

Portanto, concordaremos que fique uma referência a que progressivamente a Câmara Municipal adote estas medidas até um determinado prazo. A não ser previsto um prazo, este vazio na calendarização traduzir-se-á numa moção de confiança dada à Câmara Municipal pelo Bloco de Esquerda, como já não se via há muito tempo.

Para concluir, concordo que se inclua um parágrafo declarando a tendência progressiva até determinado prazo.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, permita-me repetir aquilo que já disse à cidadã Carla Marques, o executivo municipal acompanha a vossa preocupação, tal como o grupo municipal do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, e tudo fará para, a curto prazo também, ter meios alternativos para acabar com a aplicação de herbicida.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Como mais nenhum deputado municipal pretende usar da palavra, coloco à votação Proposta de Recomendação por um Município sem Glifosato nos Espaços Públicos, subscrita pelo Bloco de Esquerda, cuja parte final passa a ter a seguinte redação:

«A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, na sua sessão ordinária de 28 de Junho de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal da Figueira da Foz:

1. A real implementação do plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;

2. O abandono progressivo da utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos, tendo como objetivo a sua não utilização futura até o final do



ano de 2020.»-----
A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, João Paulo Pinto, António Simões Jesus e Manuel Rodrigues Nada, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues e Maria Margarida Fontoura, deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta por um Município sem Glifosato nos Espaços Públicos, subscrita pelo Bloco de Esquerda, recomendando à Câmara Municipal a real implementação do plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros, bem como, o abandono progressivo da utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos, tendo como objetivo a sua não utilização futura até o final do ano de 2020.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO/REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Há pouco o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco falou numa alteração do Regimento da Assembleia Municipal no tocante à relação entre a intervenção do público e a intervenção dos eleitos deste órgão. De facto, é importantíssimo que tal venha a acontecer num prazo célere e que não fique para as calendas.-----

Congratulo-me com a intervenção da Dr.^a Carla Marques, a qual nós em linhas gerais subscrevemos, e com a intervenção do nosso camarada Mário Alberto Oliveira no que às freguesias e junção de freguesias diz respeito.-----

A segunda intervenção pecou por lançar culpas a quem de facto as teve mas, esquecer outros culpados.-----

Não podemos esquecer que autarcas do Partido Socialista tiveram responsabilidades grandes naquilo que veio a acontecer na Reorganização Administrativa Territorial Autárquica da Figueira da Foz.-----

Entretanto, quando isto andava em discussão, houve uma reunião com todas as forças políticas, onde havia a oportunidade de nos afirmarmos em relação ao que sentíamos. Quem sempre esteve contra foi a Coligação Democrática Unitária e nunca vacilou. Outros houve que num dia era sim, noutro era não, depois talvez fosse, e a seguir era nim e, depois deu naquilo que não satisfaz ninguém.-----

Penso que por mais solidariedades institucionais que possam existir nesta matéria, ninguém está satisfeito com o que aconteceu na Figueira da Foz, e não me restrinjo apenas a Buarcos e São Julião, referindo-me a tudo o que foi feito neste Concelho.



Lembraria, uma vez mais, que na Assembleia da República foi votado um Projeto de Lei do Partido Comunista Português prevendo a devolução das freguesias às suas populações, desde que, as populações inquiridas manifestassem essa vontade, projeto esse derrotado por todas as bancadas da direita e pelo Partido Socialista e aprovado pelas restantes bancadas.-----

E esta coisa da memória é tramada porque, às vezes, nos deixa descalços em terreno pedregoso.-----

Se o Presidente da Assembleia Municipal me autorizar, aproveito para perguntar se houve alguma démarche em Ferreira-a-Nova, na medida em que houve um conjunto de cidadãos de Santana que se opuseram à junção das duas Freguesias e que teria sido dito a esse grupo de cidadãos que o assunto iria ser levado aos grupos parlamentares, não por via escrita mas pessoalmente em audiência. E entretanto, esses cidadãos, pelo menos os que eu conheço, continuam sem ter nenhuma resposta em relação à démarches feitas ou à ausência delas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Não deixa de ser surreal que quatro anos depois de reversão de medidas estejamos, agora a menos de dois meses das próximas eleições, a falar numa das medidas que mais sururu causou não só a nível local como a nível nacional. Primeira constatação, porquê só agora? A geringonça funcionou durante quatro anos, esqueceu-se e agora está a fazer ressuscitar um tema que teve quatro anos para o resolver e não resolveu? Parece que dá jeito a alguém.-----

Em segundo lugar, só uma correção se quiserem doutrinária, se quiserem do foro mais das ideologias, para comunicar à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz que nesta Assembleia Municipal não há direita. O Partido Social Democrata não é um partido de direita, nunca foi nem nunca o será enquanto nós estivermos aqui.-

Em terceiro lugar, gostava só de chamar a atenção que o Partido Social Democrata da Figueira da Foz solicitou ao Presidente da Junta de Buarcos e São Julião uma reunião, que inicialmente ficou agendada para o dia um de setembro, depois foi adiada e, até hoje, continuamos à espera do seu reagendamento.-----

Não sei exatamente porquê, mas o Partido Social Democrata da Figueira da Foz quer perceber como se pode encaminhar esta situação de maneira a podermos ir ao encontro das populações. Não vale a pena escamotear a situação, foi referido aqui que na Assembleia de Freguesia de Buarcos e São Julião, houve pelo menos um voto contra esta reversão e duas abstenções do Partido Socialista.-----

Portanto, para todos os efeitos, o problema não é do Partido Social Democrata, o



problema é do Partido Socialista e dos partidos que o apoiam na Assembleia de Freguesia de Buarcos e São Julião, e já agora também, do Bloco de Esquerda que apoia exatamente este executivo camarário.-----

Quando quiserem abrir o debate sobre a reversão das Freguesias o Partido Social Democrata será o primeiro partido a estar absolutamente disponível para o resolver.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Apenas para esclarecer o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco que eu falei na votação em Assembleia da República e não me referi a esta Assembleia Municipal.-----

Entretanto, se o Partido Social Democrata é de direita ou não, eu tenho a minha opinião e os Senhores terão a vossa, que será coerente, incoerente ou assim-assim.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco estamos disponíveis para os ouvir. Agora, há uma coisa que eu tenho de dizer - parece que apareceram uns anjinhos e olhe que a Procissão de São Pedro é no domingo.-----

Ponham a mão na consciência e recordem-se bem daquilo que se passou nesta Assembleia Municipal. Lembram-se muito bem da minha posição.-----

Sobre aquilo que referiu agora em relação à votação do Partido Socialista, há também uma Assembleia de Freguesia em que, por unanimidade, foi aprovado que Buarcos e São Julião jamais se uniriam. Sobre isso não recebo eu, José Matias Tavares, e os meus executivos lições de ninguém, porque entendemos que as nossas raízes culturais são totalmente diferentes das de São Julião, como disse o cidadão Gonçalo Oliveira.-----

Sinceramente e com todo o respeito pelos meus opositores, a partir da altura em que abracei a bandeira da Freguesia, no princípio de Buarcos e depois alterada para Buarcos e São Julião, eu e o meu executivo temos tentado cumprir ao máximo aquilo que nos propusemos nestes dois mandatos, com muito trabalho, seriedade, empenho e com motivação diária para continuar a fazê-lo.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco tem de ir por outro lado, pois sabemos muito bem que as «Sepulturas» das Freguesias foram cavadas nesta casa.-----

É passado, mas podemos realmente, se assim as forças políticas o entenderem e as respetivas assembleias, voltar ao outro projeto que eu receberei desde que se cumpram os desígnios da Lei.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----



TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Serei muito rápido. Têm um Governo, têm um todo poderoso Presidente da Câmara da Figueira da Foz, têm todos os Presidentes de Junta que possam ter, e eu confesso que não sei o que é preciso mais para reverterem alguma coisa que dizem estar tão errada!-----

Churchill disse que nós podemos enganar algumas pessoas durante algum tempo, mas não podemos enganar todas as pessoas durante todo o tempo. E é isso que vocês estão a fazer, estão a enganar as pessoas com palavras e retórica, quando se exige ação. Resolvam o problema que disseram que iriam resolver se fossem eleitos!"---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Como seria bom o Partido Social Democrata ter tido outra atitude quando aqui se tratou da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica em 2012... E olhe que eu sei do que estou a falar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Umás notas rápidas relativamente a este assunto e à intervenção do Presidente de Junta, José Matias Tavares, sobre a reversão da Reorganização Administrativa das Freguesias.-----

Sabemos todos em que contexto é que essa essa divisão ou junção de Freguesias foi feita. Não vale a pena estar aqui a discutir isso. Mas também tenho de deixar aqui nota do seguinte - houve Juntas de Freguesia nomeadamente a do Paião, que foi anexada Borda do Campo com Paião, cujas populações se manifestaram, por abaixo-assinado de largas centenas e que depois passou a mais de um milhar, tentaram fazer a reversão, demonstraram a sua vontade para a reversão, e o próprio Presidente da Junta de Freguesia do Paião e o antigo Presidente da ex-Junta de Freguesia de Borda do Campo opuseram-se manifestamente."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - INICIATIVAS DINAMIZADORES PARA A FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Diogo Miragaia Lima.

DIOGO MIRAGAIA LIMA: "A minha intervenção de hoje é para elogiar este executivo camarário e os vários agentes que têm dinamizado a Figueira da Foz e preenchido de janeiro a dezembro a nossa cidade. Para quem diz que na Figueira não se passa nada, arrisco-me a dizer é que nunca se passou tanto.-----

Para não me estender muito porque o tempo é limitado, não irei falar dos anos anteriores e apenas do ano 2019 onde tivemos e ainda vamos ter - corrida de São Silvestre, meia maratona internacional, torneio Hugo Almeida, Madjer Youth Cup, final do Euro Beach Soccer, Beach Rugby International, campeonatos nacionais



universitários de praia, jogos da Seleção Portuguesa de Futebol de praia, jogos para o Campeonato Nacional de Futebol de praia para a 1.ª e 2.ª divisão, Craft Beer Festival, Festival Panda, Feira Pirata, Feira Medieval, Jardim de Natal, Jardim de Páscoa, Festa da Sardinha, República Convida, Street Food Fest, Fest Festival Woodrock, Gliding Barnacles, Liga Meo Surf, a maior prova internacional de orientação, e muitos mais... Não consigo referi-los a todos e não queria que ficassem ofendidos.-----

Não posso deixar de referir ainda os diversos eventos realizados nas nossas Freguesias, como a Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca, as Festas de São Pedro e Vila Verde e muitos mais, sem esquecer também os inúmeros espetáculos no Centro de Artes e Espetáculos, onde temos tido o prazer de assistir aos melhores artistas nacionais e internacionais nas diversas áreas.-----

De referir o alargamento do horário no âmbito da Biblioteca Municipal, proposta do Conselho Municipal da Juventude, e para finalizar, não posso deixar de realçar o Sunset, aproveitando para agradecer, uma vez mais, a este executivo camarário pela renovação deste evento tão importante para a nossa cidade em que batemos de ano para ano recordes de turistas aqui presentes.-----

Senhor Presidente da Câmara em nome dos jovens figueirenses permita-me, na sua pessoa, agradecer pela nossa cidade estar novamente na ribalta e sempre com as contas em dia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Eu hoje realmente reconheço que os jovens do Partido Socialista estão muito ativos. Se calhar acordaram para a Figueira da Foz há pouco tempo. Também conheço muitas outras coisas que se têm passado ao longo dos anos quer com executivos do Partido Socialista, quer com os do Partido Social Democrata. A Figueira da Foz sempre teve vida.-----

Só queria ressaltar aqui duas coisas. Gostava que os jovens do Partido Socialista, hoje tão interventivos, em colaboração com a Câmara Municipal resolvessem o problema da Feira de São João. O que aconteceu este ano não é digno da Figueira da Foz nem das Festas da Cidade.-----

Também já agora e a talho de foice, gostaria que fosse feito qualquer coisa para termos mais umas marchas do que as que tivemos este ano."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Diogo Miragaia Lima.

DIOGO MIRAGAIA LIMA: "Agradeço por ter reparado em nós, o que demonstra estar completamente afastado da realidade da nossa Cidade. Aproveito para o aconselhar



a olhar para a sua bancada, para o público aqui presente, e pergunto-lhe eu - onde estão os jovens do Partido Social Democrata?".-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: "A Biblioteca Municipal, de facto tem estado aberta com um horário alargado. Dado estarmos em época de exames e os estudantes universitários da nossa cidade e de outras cidades estudarem durante este tempo para os exames na sua cidade natal, eu acho ótima esta medida.-----

Pelos vistos, tem havido má divulgação dos horários de abertura da Biblioteca, tanto mais que me foi dito que poucos são os alunos a usufruir destes novos horários. É uma pena pois estão envolvidos muitos recursos humanos e também financeiros. Agradeço, então, que haja uma maior divulgação, porque acho a ideia ótima."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Respondendo à intervenção do deputado municipal Manuel Fernandes Domingues, e embora ele já não esteja presente, referirei terem sido as marchas que as coletividades quiseram e de acordo com o que nos foram solicitando. Um reconhecimento a todas as freguesias que ajudaram a engrandecer as festas e as festividades de São João e um muito obrigado a todas as coletividades.-----

Também foi a feira possível, com todos os feirantes dos parques de diversões certificados, dado não permitirmos a instalação e o funcionamento de qualquer equipamento que não reunisse as condições técnicas e legais para tal.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FRENTE DE MAR E PRAIA FIGUEIRA/BUARCOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Tiago Cadima Jorge.

TIAGO CADIMA JORGE: "Até estou com algum receio de fazer esta intervenção, porque depois de ouvir tantas coisas tão boas, julgo que se calhar vou ser crucificado. Porque está tudo bem, corre tudo na paz do Senhor, há vários autocarros, muita população, muitos jovens a quererem instalar-se na Figueira da Foz, portanto, vivemos todos bem, nem sei porque razão é que estaríamos aqui.-----

Venho falar sobre a Praia da Claridade, a nossa praia urbana que, por sinal, é uma das maiores praias urbanas na Europa. Somos grandes em alguma coisa, afinal nem tudo é mau!-----

A praia continua a aumentar devido a um grande problema do nosso Concelho - retenção das areias a Norte e a não reposição a Sul. Pois bem, em 2016, o vosso executivo avançou com uma obra a qual apelidaram de Requalificação e Valorização



da Frente de Mar e Praia Figueira/Buarcos. Os figueirenses ficaram muito expectantes acerca deste projeto, porque um projeto com o valor de 2 milhões de euros era de impressionar.-----

As obras foram feitas ali, e ali estão 2 milhões de euros em passadeiras, umas iluminações, nos bancos e mesas de cimento ótimos para um picnic, para ler um livro, para descansar numa caminhada, mas convém levar sempre um chapéu para nos proteger do Sol!-----

Mas, vamos fazer aqui uma comparação com o Concelho de Arouca, uma câmara socialista e os famosos Passadiços do Paiva. Ali foram investidos, imaginem só, 1,8 milhões de euros. Desde que abriu ao público, em 2015 e até ao final do ano passado, receberam quase 1 milhão de visitantes, sem falar dos vários prémios a nível do turismo e de reconhecimento internacional.-----

Sendo a obra da praia a vossa única obra pensada e idealizada, e ainda por cima com um valor que ultrapassa os famosos passadiços, gostaria de perguntar ao executivo e ao Presidente da Câmara o seguinte - sempre que existe uma obra existe um objetivo. Afinal, qual foi o objetivo da Requalificação e Valorização da nossa Praia Urbana? Fomentar o turismo? Criar riqueza? atrair investimento? Ou criar postos de trabalho? Esclareça-me."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Praia da Figueira - temos um investimento na ordem dos 15 milhões de euros para retirar três milhões de metros cúbicos de areia a Norte e colocá-la a Sul.-----

Portanto, a administração portuária andou a protelar um problema que existe há dezenas de anos e, pela primeira vez, há uma resposta conjunta para solucionar o problema.-----

Deputado municipal Tiago Cadima Jorge citou os passadiços do Paiva, todavia, independentemente das nossas passadeiras da praia (como lhes chamou) nos terem custado tanto como os passadiços do Paiva, é com grande orgulho e satisfação que eu diariamente vejo o quanto contribuíram para aproximar as pessoas ao mar.-----

Algo se fez para responder a um problema que resulta de um Porto, mas não nos esqueçamos que esse Porto está na génese da nossa cidade e é da maior importância para a indústria que os senhores querem que exista e nós também."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Tiago Cadima Jorge.

TIAGO CADIMA JORGE: "Ora, Senhor Presidente da Câmara, se a retirada dos três milhões de metros cúbicos de areia é fruto de um Governo Socialista então, assim



sendo, porque tem o Governo Socialista referido o bom trabalho da administração portuária.-----

Ouvi com atenção a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para passar o Porto de Pesca para a margem Norte do Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Quanto ao Molhe Norte tenho a opinião que sempre tive. Valorizou o Porto comercial, pretendíamos que valorizasse também a atividade piscatória. Não correu exatamente como queríamos, mas prognósticos só no fim do jogo, como dizia o João Alves.-----

De qualquer maneira, hoje temos um Porto comercial em crescimento atendendo ao Molhe Norte. Mas, na altura, eu estive do lado do prolongamento do Molhe Norte e assumo isso. Seria fácil hoje dizer o contrário, mas não! E acho que com todos os condicionalismos que surgiram foi uma obra que muito valorizou o nosso Porto e a atividade comercial do nosso Concelho.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - PROLIFERAÇÃO DE GRANDES SUPERFÍCIES COMERCIAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente da Câmara, já nesta assembleia tive ocasião de dizer ao seu antecessor que os senhores estavam a trabalhar para uma nova atração turística na nossa cidade, que é a Rota Turística das mercearias. E, pelos vistos, Vossa Excelência continua na mesma senda com a novidade do apoio dos Vereadores independentes, o que realmente não surpreende.-----

Temos uma Circular Externa que está a deixar de o ser, com as várias mercearias ali instaladas e a instalar, mais a bomba de gasolina com o Restaurante Fast Food. Agora, na zona das Abadias vai permitir mais uma mercearia e até ajuda vendendo um pouco mais de terreno para construírem mais à vontade.-----

Bem, estou certo que me irá responder que, em breve, serão lá plantadas X número de árvores mas, elas demoram anos a crescer. E para quem está a tentar reduzir a pegada ambiental e o tráfego automóvel com as obras de fachada de resultados duvidosos, por outro lado, aumenta a área de cimento e de alcatrão. Estranho!--- Mas, mais lamentável é verificar-se que fizeram efetivamente um Plano Diretor Municipal à medida, prejudicando as freguesias em prol da construção na Cidade e, nomeadamente, em prol das mercearias. Lamentável!-----

Dr. Carlos Monteiro está a permitir a construção de mais uma, e o Minipreço da Rua da República fechou e a outra Loja Minipreço junto à Piscina do Ginásio também vai



encerrar. Será que este espaço irá ser ocupado por mais uma Loja da China? Bem, se assim for, em vez de sermos a Saint-Tropez de Portugal, como alguém disse, passaremos a ser a Chinatown.-----

Cumpre ainda perguntar - e o hotel previsto para a proximidade desta nova mercearia tão acarinhada por vós? É que a Senhora Vereadora, atual Vice-Presidente, disse há tempos que ia ser uma realidade. Será?-----

E os edifícios, se não estou em erro quatro, que ali se encontram abandonados há anos, uma verdadeira vergonha no centro da Cidade a acompanhar o edifício «O Trabalho» e a antiga Escola das Freirinhas junto ao Mercado Municipal. O que vai acontecer?-----

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores Socialistas, a Figueira da Foz necessita é de indústria e de fixação de mão de obra especializada. Lutem por isso, criem uma estratégia para atrair indústria, preocupem-se em fixar os jovens figueirenses e não os empurrem para fora do Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Como sabem, para a Coligação Democrática Unitária todos os supermercados deviam fechar ao domingo. O que não queríamos era ver os Minipreço já que estão abertos e têm trabalhadores, a fechar.-----

Nós pensamos e já aqui dissemos não haver razão nenhuma para a Figueira da Foz ter esta quantidade de espaços, não queria usar o termo mercearias porque eu acho que mercearia é uma coisa que nós gostamos muito. Mercearias ainda há algumas mas, estão condenadas a fechar porque, de facto, a pressão é enorme!-----

Mas, voltando aos Minipreço e aos espaços e aos supermercados, às unidades de média e grande dimensão da venda, a Coligação Democrática Unitária entende que deviam encerrar ao domingo e a Câmara devia ser a mais criteriosa no licenciamento destes espaços.-----

Todos aqueles que se prevê que vão abrir, como é óbvio, preocupa-nos imenso porque há pessoas lá a trabalhar que vão perdendo os seus empregos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Vem esta intervenção no sentido de me dirigir ao edil da Cidade de forma agradecida como Presidente de Junta de Freguesia de Tavarede, onde proliferam os tais hipermercados, só são seis, está um a nascer.-----

Mas, Tavarede para além de ter muitos supermercados, os presentes também devem saber que é o espaço onde há as melhores instalações desportivas. Ouvi-o deputado municipal Manuel Rascão Marques e, por isso, estou agora a fazer esta intervenção.



Em Tavadede temos duas piscinas, uma coberta e outra descoberta, temos dois Campos de Ténis e temos um Estádio. E eu na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia venho aqui agradecer o esforço que o Município fez e tem feito para a requalificação desse Estádio.-----

Penso que se irá dar início a tal projeto beneficiando sobremaneira a nossa Freguesia. Freguesia essa também que, como todos sabem, contém em si uma das maiores escolas do ensino público com autonomia e provavelmente um dos maiores Centros Escolares não direi de distrito, mas mesmo nacional.-----

E, portanto, está no caminho certo este trabalho da edilidade no sentido de ao lado do conhecimento e da Cultura começar a trabalhar também o Desporto.-----

Com o Parque Aventura a aparecer por ali e com o projeto feito para o Parque da Cidade, eu acho que, para além dos supermercados a bombar há outras coisas que nós Tavadenses muito agradecemos ao Presidente da Câmara e aos membros da equipa da Vereação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Apenas um comentário a este tom ligeiro da intervenção do deputado municipal Fernando Martins Lopes. Ligeiramente lá há mais um candidato à Presidência da Câmara, portanto, caro Dr. Dr. Carlos Monteiro ponha-se a pau, olhe que normalmente o Partido Socialista não brinca nestas coisas!!!-----
Agora, já mais a sério, apesar da ligeireza com que se fala dos supermercados, eu gostava que se prestasse mais atenção ao comércio tradicional na Figueira da Foz, que está a definhar e a morrer.-----

E, portanto, este tom ligeiro com que se encaram estas coisas tem a ver com postos de trabalho que não são criados, com postos de trabalho que desaparecem, com o parque de estacionamento nas superfícies comerciais, com zonas de estacionamento gratuito nas grandes superfícies, coisa que os comerciantes da baixa da cidade não têm.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Ligeirinho, ligeirinho, fiz já saber algumas vezes e tornei público na crónica que escrevo semanalmente, que o comércio tradicional, provavelmente, não morre por causa dos hipermercados, ou então, as pessoas têm andado pouco pelo país.-----

Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, se eu quero abrir uma loja de meias, Fernando Lopes - Meias & C.^a, e o senhor que é o proprietário do local onde eu vou abrir a loja me pede 2.000 ou 3.000 euros por mês, provavelmente, eu não tenho



capacidade nem ligeireza para realizar esse dinheiro e poder ter o meu mercado. - Se calhar, teremos de ir um bocadinho mais profundo ao visualizar aquilo que queremos para a Cidade. O Senhor também sabe que quando o comércio é disperso tem tendência a fluir, a desaparecer e a esvaír-se.-----

Por isso, temos de perspetivar a questão da urbanidade com a sustentabilidade ambiental. E, se pensarmos dessa forma, provavelmente, iremos ter espaço perfeitamente possível e aprazível para os figueirenses o poderem usufruir e, também, não terem nas grandes superfícies um grande problema do escoamento ou de envasamento.-----

E já que estamos a falar dos tais cinco mais um hipermercados, eu recorde há uns anos atrás, governantes houve que extinguiram um Instituto que fazia a per capita, e ao eliminarem essa entidade isso foi aquilo que se pode chamar um fartar de vilanagem, pois deixou de haver a possibilidade de se poder dizer a um Sapateiro «agora não pode abrir uma Sapataria na Rua XPTO, porque já lá há quatro Sapatarias»...-----

Isto pode parecer-lhe uma forma ligeira de abordar a questão, mas eu dentro da Freguesia de Tavarede estou muito atento àquilo que vai acontecendo.-----

Para concluir, temos é de saber porque é que os nossos comerciantes fecham as portas, se é efetivamente pela proliferação dos supermercados, ou se é por não terem um espaço próprio e específico pensado numa dimensão urbana futura e de sustentabilidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Primeiro, tomarei com a devida atenção e a devida anuência do deputado municipal Fernando Martins Lopes, de retirar da ata desta Assembleia Municipal aquilo que acabou de dizer e que faz parte dos anais do Neoliberalismo puro e duro.-----

Eu não sei se isto é a posição do Partido Socialista para a cidade, mas se é a sua visão para a cidade, então teremos oportunidade de, em campanha eleitoral, discutir as suas brilhantes ideias em relação à Cidade.-----

Em segundo lugar, tomo nota da sua intervenção e fico, de facto, verdadeiramente assustado com a constatação que, durante os últimos dez anos, rigorosamente nada foi feito pela Câmara Municipal para inverter o definhamento do comércio tradicional na cidade da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Só gostava que o deputado municipal Fernando Martins



Lopes ou o Partido Socialista me respondessem a uma questão - se isto é assim tão simples, por que razão os comerciantes com espaços próprios também fecham?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Na sua intervenção alguns deputados municipais dão a entender que o Partido Socialista pode e deve inviabilizar a abertura de novos espaços comerciais.-----

Antigamente, os Municípios tinham capacidade de aprovar ou não as grandes superfícies e, de facto, como disse o deputado municipal Fernando Martins Lopes e muito bem, era uma área protegida da grande distribuição onde era permitido que não houvesse livre concorrência, e as Câmaras Municipais podiam inviabilizar ou não a abertura de novos espaços, mas a Lei foi alterada e isso deixou de poder acontecer. O mesmo se passava com as farmácias e também deixou de acontecer na legislatura de 2005/2010.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco dá a entender na sua intervenção que se o Partido Socialista quiser inviabiliza a abertura, mas as coisas não são assim. Deixe-me dizer-lhe que a sua bancada na Parlamento votou esta lei a favor. O Partido Social Democrata aprovou esta lei, portanto, não venha para aqui com falsas questões para o Partido Socialista.-----

Porque o seu Partido, que diz já não ser de direita ou era da direita assim-assim, pelos vistos, é a favor exatamente daquilo que estamos aqui a falar.-----

O deputado municipal Fernando Martins Lopes referiu, e muito bem, ser uma questão de livre concorrência. Não é possível impedir a não ser por questões urbanísticas e de alterações do Plano Diretor Municipal, porém, por outras razões que não estas questões formais e procedimentais, não é possível inviabilizar, nem está na competência dos Municípios.-----

O que quer dizer e vai responder, certamente, é que poderá ser feita uma engenharia pelos Presidentes de Câmara e comecem agora a inventar questões urbanísticas para inviabilizar, mas isso não é o espírito da lei!-----

E, portanto, estamos aqui numa falsa questão, os Presidentes de Câmara não tem essa competência de inviabilizar a abertura de novos espaços, é a livre concorrência em todos os setores que, em Portugal e muito bem, foi alterada nos anos 2010, 2011 e 2012.-----

Não vou alimentar esta discussão, mas que isto fique esclarecido e não coloquem o ónus em cima do Partido Socialista de algo que é a Lei."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----



FERNANDO MARTINS LOPES: "Não estou a ver o Neoliberalismo que foi liderado e imposto quatro anos neste País, numa perspetiva de com a livre concorrência depauperar ordenados, mandar jovens para o estrangeiro..., nada disto deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco. É pura e simplesmente uma questão de mercado.

Quanto à questão da ilustre deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, posso dizer-lhe que continua a haver gente aqui com uma certa idade, nomeadamente no Bairro Novo, como aquele casal com 70 e poucos anos, que eu admiro muito, e mantém lá o seu espaço, porque é deles. Porque se fossem inquilinos já tinham fechado. - E, então provavelmente, eu volto ao mesmo problema, se calhar, nesta cidade os inquilinos têm de ser bem esgotados, atenção aos proprietários!!!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Esta situação do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco estar a insistir em que lhe dê o direito de resposta pelo facto do seu nome ter sido citado pelos outros deputados municipais, só se está a verificar por causa desta «ditadura do tempo» que o Partido Socialista impôs.-----

Porque o Presidente da Câmara interveio sempre depois dos concidadãos falarem e nós somos impedidos, e tivemos de gastar do nosso tempo de intervenção para responder aos concidadãos. Não me parece justa esta atitude e, por isso, nós agora estamos a ser limitados no nosso direito de oposição."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "O deputado municipal Manuel Rascão Marques desconhece que ainda há um período de 10 minutos para aquilo que não foi dito e, eu irei, conceder esse tempo.-----

Como sabe, de acordo com o art.º 23.º do Regimento, no Antes da Ordem do Dia há um período de 50 minutos para os deputados municipais intervirem, distribuído de acordo com a respetiva expressão eleitoral, e o Presidente da Câmara Municipal tem 20 minutos para responder. Concluído esse tempo, havendo questões pendentes, ou temas a esclarecer, há o tal período de 10 minutos, que eu referi há pouco, para os deputados municipais intervirem e o Presidente da Câmara tem também 10 minutos para usar da palavra.-----

Só não encerrei esta primeira fase porque o Partido Socialista ainda não esgotou o seu tempo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Não concordo de forma alguma com o que se está aqui a passar. Um dos meus objetivos é pensar Figueira. Do meu ponto de vista, o homem em si é que tem prejudicado a Figueira da Foz, e se quiserem lanço aqui um repto - ponham



as traineiras do lado de cá, 10 traineiras, 23 tripulantes e 230 famílias, e o comércio da Figueira, o comércio tradicional, seria alimentado tal como no passado e de uma forma totalmente diferente de agora.-----

De outra forma, estamos aqui a atirar lanças para o escuro e não vamos a lado nenhum!-----

Muitos barcos não aportam a este Porto, à zona ribeirinha onde antigamente se viam dezenas de traineiras de Matosinhos e de Peniche, porque ele se localiza ali no Tarrafal, onde as pessoas para se aviarem têm de se deslocar a pé até à Cova.---

Quando as tripulações estavam do lado de cá iam ao mercado, a Figueira era um fervilhar de gente, as mercearias, sapatarias, camisarias e retrosarias tinham freguesia... E haja aqui alguém que diga o contrário, que eu desminto.-----

Vamos pensar como deve ser, fazer e dizer as coisas como elas são, não andemos com jogos políticos já a pensar nas próximas eleições. Nada disso, a Figueira da Foz está em primeiro lugar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Manuel Rascão Marques eu não sei se é uma mercearia ou um hipermercado, o que eu sei é que foi licenciado segundo as regras. Vamos ter mais um hectare de espaço público, porque foi condicionante obrigatória para a instalação da grande ou média superfície, da mercearia, que cedesse ao espaço público aproximadamente um hectare de terreno.-----

Portanto, mais um benefício para um Executivo preocupado em aumentar o número de espaços públicos, árvores, e espaços verdes sustentáveis, bem diferentes de ajardinados.-----

Quanto ao facto do Plano Diretor Municipal não ser em prol das Freguesias discordo, porque na realidade a nossa preocupação com este instrumento de gestão territorial é que ele permita às Freguesias terem núcleos populacionais mais ou menos organizados. Hoje mesmo, trazemos aqui à votação o aumento de zonas onde é possível construir que estavam condicionadas pelo risco de incêndio.-----

Repito - sempre que haja necessidade de aumentar as áreas de construção nas Freguesias para fixar população, nós daremos esse passo. Não queremos que exista nova construção e simultaneamente estejam dezenas de fogos abandonados, algo relativamente frequente hoje em dia em algumas das nossas Freguesias e da nossa zona urbana.-----

Falou-se, ainda, de indústria e emprego. Esta é a sessão da Assembleia Municipal onde nos dá mais prazer falar de indústria, porque trazemos aqui um projeto de



ampliação, em aproximadamente 20 hectares, do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz e porque, felizmente, atualmente já só tem dois lotes para serem comercializados.-----

Contudo, quando falamos de indústria e de grandes superfícies, falamos de empregos. Por isso, permitam-me também lembrar-vos que, em Outubro de 2009, quando iniciámos o mandato, a Figueira da Foz tinha 3.127 desempregados e hoje tem 1.986. Houve empresas que encerraram e outras que abriram, mas o número de desempregados diminuiu! E o deputado municipal Manuel Rascão Marques está a fazer sinal que muitos foram embora. É verdade! Alguns, aconselhados pelo Governo do Partido Social Democrata.-----

Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, quanto ao Minipreço e ao fechar ou não fechar aos domingos não depende da Câmara Municipal, é a Lei que o determina. Pessoalmente, nunca senti a necessidade de ter o comércio aberto ao sábado ou ao domingo, já vivemos todos de outra maneira, mas também não me constrange que volte a fechar.-----

Senhor deputado Fernando Lopes, a questão do Estádio José Bento Pessoa felizmente está resolvida. Lançámos um procedimento, o 2.º classificado achou que o processo tinha sido mal conduzido e interpôs uma providência cautelar. Neste momento está ultrapassada e em breve entraremos em obra e teremos a terceira placa sintética feita por executivos desde 2009. Como sabe, a primeira foi o Estádio José Bento Pessoa, a segunda foi no Campo da Leirosa e esta será a terceira a servir os jovens do nosso Concelho. E ainda este mês assinaremos um protocolo com o Clube Desportivo Cova-Gala e a Freguesia de São Pedro tendo em vista a construção de um Campo de Jogos sintético.-----

Já manifestámos quer à Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, quer aos comerciantes, quer à Sociedade Filarmónica Dez de Agosto, que apoiamos as suas iniciativas para promover o comércio local e tradicional, porque também somos clientes dele.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Para referir que aquando da construção do Minipreço, o elefante branco que, afinal, vai fechar, para além dos tais biquinhos que já provocaram acidentes, incluiu árvores jovens.-----

A minha camarada Adelaide tinha a intenção de lembrar as dificuldades dos comerciantes, porque, durante dias e dias não tiveram um único cliente que quisesse ficar todo empoeirado-----



Foi aqui afirmado que a Câmara não tem possibilidade de excluir a localização de empresas mas, o vizinho Concelho de Mira impediu a instalação da Lusiaves-Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. que tem como bandeira de propaganda ser uma grande empregadora.-----

Outras questões que considerarmos que não ficam bem resolvidas, nós perguntaremos. Recebemos a resposta de umas perguntas que anunciámos em assembleia que faríamos, mas como foi há dois dias atrás, não tivemos tempo, tal como não tivemos tempo de ver as atas, portanto, a informação fica em stand by à espera que estudemos a resposta que nos foi enviada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Senhor Presidente da Câmara não me respondeu sobre a questão do Hotel que estava ali previsto, dos edifícios que estão abandonados, bem como, do edifício «O Trabalho» e da antiga Escola das Freirinhas.-----

Por outro lado e atento à sua intervenção, acho engraçado estar a dizer que as pessoas se foram embora deste Concelho por causa do Governo do Partido Social Democrata. O Senhor está esquecido do que o Primeiro-Ministro disse há pouco tempo, com certeza, e a Juventude Socialista, que hoje deu um sinal de vida, dos seus estudos universitários.-----

Senhor Presidente elogia-se sobre o emprego - «deixo muitos postos de trabalho». É a tal questão da história que o senhor tanto gosta!..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Antes de mais uma resposta ao deputado municipal João Raul Portugal - de facto, a Câmara Municipal não pode impedir que uma mercearia ou um supermercado se possa estabelecer, mas podia ter evitado a alteração do Plano Diretor Municipal que viabilizou a construção do novo ALDI.-----

Debaixo de uma bandeira de descarbonização facilmente vista como contrária ao que está ali a fazer-se, nem o futuro passará por aquilo que mais tarde ou mais cedo terá de ser corrigido.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, o Minipreço também não me agradou a mim e a nenhum de nós, mas ou viabilizávamos o Minipreço ou o Ginásio não requalificava a Piscina.

É um compromisso que em política por vezes tem de se assumir e nós assumimo-lo. Não é o comércio no sítio onde desejaríamos, mas considerou-se importante que os figueirenses, a curto prazo, tivessem uma Piscina coberta.-----



Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz em Mira foi a Agência Portuguesa do Ambiente que inviabilizou, na sequência do resultado do estudo ambiental, não foi o Município de Mira, pois o seu Plano Diretor Municipal até permitia a instalação da Lusivies- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. São situações completamente diferentes.-----

Deputado municipal Manuel Rascão Marques, o Hotel estava e está previsto mas, como a autarquia ainda não constrói hotéis, desconhecemos para quando a sua instalação. Todavia, ao ritmo que o Turismo está a crescer na cidade e os hotéis estão a ser requalificados acreditamos que esse hotel também poderá surgir. A requalificação dos hotéis tem sido muita e a procura de espaços comerciais imensa.-----
Eu não me elogiei sobre o emprego porque eu não emprego. Infelizmente, não sou entidade empregadora! A única coisa que eu fiz foi referir objetivamente os dados de 2009 e de 2018. Portanto, não é elogio nenhum, é factual!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - ATM DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS NO BAIRRO NOVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Queremos saber o ponto da situação sobre a eventual reposição do ATM da Caixa Geral de Depósitos no Bairro Novo, tendo em conta a resposta que nos deram da última vez que este assunto foi abordado nesta Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não gosto de estar dependente de empresas para resolver os nossos problemas. Não vale a pena estarmos dependentes dos bancos, porque infelizmente, o nosso país sempre esteve dependente deles e chegou onde nós sabemos... Por isso, queremos resolver esta situação num espaço camarário.-----
Como sabe o Meeting Point está a ser intervencionado, e pensamos reservar o espaço da sua saída de emergência para ali instalar um Posto de Turismo virtual, a funcionar 24 horas, e também colocar uma caixa de Multibanco."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - OBRAS EM BUARCOS/TRÂNSITO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Sabemos que foi instalada uma nova paragem de autocarro que serve os utentes do Centro de Saúde, portanto, uma coisa boa.-----
A Coligação Democrática Unitária não percebe porque se reduziram para duas as quatro vias (duas para cada sentido) no acesso à Rotunda do Farol. Do seu ponto



de vista, causa um grande constrangimento de trânsito.-----
Porque apontamos o problema há muito tempo, pensamos que deviam ter dado alguma
atenção aos estacionamento feitos a direito, obrigando à invasão da faixa do
sentido contrário quando deles se pretende sair.-----

Na nossa opinião, quem vai da Rotunda do Pescador para Buarcos a estrada é demasiado
estreita para circular um autocarro e uma caravana, por exemplo. Esteticamente
também há muitas coisas a apontar.-----

Para concluir, junto ao Minipreço da Piscina, os bicos dos passeios fazem umas
reentrâncias, sem sentido nenhum, que provocam alguns acidentes. É uma questão de
irem lá os técnicos municipais verificar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Agora, para a minha camarada Maria Adelaide Gonçalves,
permita que a trate assim pois já nos conhecemos há muito tempo, eu já percorri
os corredores do Hotel Vitória, por isso, embarque no carro comigo, com todo o
respeito.-----

Há pouco tempo atrás, íamos de carro e chegados à Rotunda do Pescador tínhamos de
esperar por todo o trânsito que vinha da Rotunda do Farol e do Norte, depois,
entrávamos numa via com dois sentidos, duas faixas para cada sentido, e o que
acontecia aí? Apanhávamos mais outra Rotunda, a dos Navegantes, ali em frente à
loja das ferragens, e tínhamos o trânsito que vinha da direita, dos Caras Direitas,
da Junta de Freguesia e das duas faixas que vinham do Norte.-----

Então o que acontece agora? Alongaram-se as duas faixas que vinham do Norte até à
Rotunda do Pescador e, ultrapassada essa Rotunda, não há mais trânsito a não ser
as passagens para peões. Penso que desta forma melhorámos muito.-----

Quanto aos bicos dos passeios junto ao Minipreço da Piscina é uma coisa de tão
pouca importância que pode ser retificada qualquer momento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A redução das vias foi uma decisão ponderada. Acreditamos
que facilita o atravessamento das pessoas que vão para o Centro de Saúde, pois ao
atravessarem-se duas vias em cada sentido corre-se sempre o perigo de um carro
parar e o outro não. Queremos provocar o abrandamento do trânsito mas,
fundamentalmente, conseguiram-se criar umas dezenas de lugares de estacionamento
para apoiar o comércio circundante.-----

Temos, ainda, uma zona de pedovia e ciclovia, e no Verão ainda que retarde um
bocadinho a circulação do trânsito, facilita-se o atravessamento e promove-se a



pedonalidade com os lugares de estacionamento. Acreditamos que aquele espaço ficará melhor do que está hoje.-----

É verdade, o estacionamento está mal feito e esperamos que, rapidamente, seja corrigido. Só ainda não intervencionamos por estarmos a dar prioridade a outras obras.-----

Vou pedir para aferir os pormenores que a deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves referiu deverem ser corrigidos, porque na realidade, se existem não fazem sentido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Pretendo então que o Presidente da Câmara me responda às curtas questões que vou colocar, para que possamos, de uma vez por todas, ser finalmente esclarecidos.-----

O que é a 1.ª fase das obras? E o que é a 2.ª fase das obras? Quando, como e para quê termina finalmente a 1.ª fase? Qual será o sentido e porquê e com base em que estudos aqui apresentados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, do trânsito, por exemplo, a Rua Capitão Guerra? Como vai terminar a faixa pedonal que acompanha toda a marginal daquela suposta rua que está ali a ser construída? Para quando o fim das obras dos passadiços que ainda não estão interligados uns com os outros? Quanto já custaram as alterações à ideia inicial? Já agora, para finalizar, ainda não perceberam que foram prejudicados nas outras freguesias? Como é que os Presidentes de Junta vão explicar isto aos seus fregueses?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A 1.ª fase corresponde à obra que está feita e praticamente concluída. A 2.ª fase incidirá, essencialmente, naquela zona da Estátua do Pescador, a envolvente para Sul com mais lugares de estacionamento e a requalificação da zona da Rua 5 de Outubro.-----

É nosso entendimento que naquele troço da Avenida para cima o trânsito seja em sentido ascendente, com alguns acertos para evitar estrangulamentos ou que continue o estrangulamento existente no passado para quem pretendia entrar na Rua 5 de Outubro, em frente aos Caras Direitas, vindo da Rua Capitão Guerra. E sublinho que este nosso entendimento obteve parecer favorável da Polícia de Segurança Pública, forças de segurança e Junta de Freguesia.-----

Relativamente à faixa que denominou de pedonal e vai ter continuidade na 2.ª fase, o que se pretende ali é uma pista ciclável. Vamos incrementar o número de pistas



cicláveis e aquela vai fazer a ligação da Eurovelo, Algarve, Alqueidão, Lares, Figueira da Foz, Cabo Mondego, Murtinheira, Praia de Quiaios, Quiaios, Lagoas e Tocha. Ou seja, vamos ter uns quilómetros de pista ciclável Eurovelo.-----
Não sei a que é que se refere quando fala dos passadiços, mas na nossa perspetiva estão concluídos. De qualquer modo, estou disponível quando quiserem para clarificar essa situação.-----

A Estátua do Pescador vai para o centro da Praça exatamente com a mesma orientação que tinha, e vamos requalificar a base que se encontrava degradada. Será, colocada e intervencionada numa fase não prioritária, porque a nossa prioridade atual é tornar toda aquela zona ciclável. O embelezamento não foi a nossa preocupação neste momento.-----

Eu sei que as obras causam constrangimentos. E já reunimos aqui na Câmara por duas vezes com os comerciantes, essencialmente, com os da Praça Velha e Praça Nova, e temo-nos deslocado frequentemente a Buarcos, mas aquilo que temos a certeza é que depois de concluídas os locais ficarão melhor. Se bem se lembram. também aquando da valorização da Praça do Forte de Santa Catarina e do Mercado Municipal Engenheiro Silva questionaram as obras e, felizmente, hoje nós orgulhamo-nos delas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Duas perguntas que não foram respondidas. A primeira, quando é que, finalmente, estarão concluídas as obras da 1.ª fase? E a segunda, quanto é que já custaram as alterações ao projeto inicial e quem é que as vai pagar?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Queremos que as obras acabem no dia 30, mas se não acabarem nesse dia terão de acabar no dia 01, 02, ou 03. Não há de ser no dia 15 de julho! Não tenho contabilizado os custos a mais, mas assim que tiver também será público, porquanto e felizmente, a nossa administração tem-se pautado por uma grande transparência.-----

Permitam-me, neste momento, também dizer-lhes que não vale a pena estarmos aqui com inverdades, porque o dinheiro dos fundos comunitários que foi gasto ali só podia ser gasto ali, não podia ser alocado nas freguesias.-----

Mas o deputado já que insiste nisso, diga-nos em que circunstâncias é que isso é possível. Não vale a pena nem é justo, para quem nos está a ouvir ou a ver, fazer demagogia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----



TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Fui acusado de usar de inverdade, e eu quero esclarecer muito bem que sei claramente que estas obras são possíveis no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Não estou a falar do projeto, estou a falar das alterações. Senhor Presidente da Câmara, não queira inverter o sentido das minhas palavras. Eu estou a perguntar quem é que paga as alterações ao projeto? Foi isso que eu questionei.

Já agora, sobre os passadiços posso explicar onde é que eles estão interrompidos. Quem vem de Buarcos mergulha na areia, ao lado da pista de Skate aquele passadiço não liga a lado nenhum. É a isso que me refiro e os senhores devem sabê-lo tão bem quanto eu."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Será dada nota pública dos custos dos trabalhos a mais. De momento não os tenho mas, terei o máximo prazer e o dever de o fazer. Quanto ao passadiço que acaba em lado nenhum, é uma «arquitetice» e nem me parece mal. Está assim desde o início."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

H - MAU ESTADO DAS ESTRADAS NA FREGUESIA DE PAIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Quero denunciar, mais uma vez, o estado das estradas da Freguesia do Paião que se encontram num estado lastimável, e também a E.N.109. É notório e público a quantidade de veículos que lá passam diariamente e a sua degradação é por demais evidente."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Têm sido investidos milhões de euros nas vias do Concelho, para resolver o estado caótico em que se encontravam. Acredito que nos fará justiça pois estão muito melhores do que estavam em 2009, e para o ano estarão melhor, e em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 estarão ainda melhor! Assim prossigam a mesma política que estes executivos do Partido Socialista têm seguido."

Relativamente à E.N.109 estamos de acordo. Falta resolver uma questão de plurianualidade dos encargos que vai ser ultrapassada neste ou no próximo trimestre."

O projeto com rotundas e repavimentação está concluído e encontra-se na Infraestruturas de Portugal, falta resolver em termos de Ministério da Economia. Mas, tem razão já tarda!"

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



I - CRÍTICA À REDAÇÃO DAS ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Só deixar uma pequena nota a pedir um bocadinho mais de rigor na transcrição das intervenções dos deputados nas atas.-----
Porque, cada vez mais, não é que se altere o sentido, mas tenho notado uma certa suavização das intervenções que são feitas, nomeadamente, por mim. Cada um falará por si obviamente."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**J - TÍTULO DE CAMPEÃO NACIONAL DE FUTEBOL CONQUISTADO PELA CASA DO POVO DE MAIORCA
HÁ 47 ANOS**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Simões Jesus.

ANTÓNIO SIMÕES JESUS: "Esta minha intervenção tem por objetivo recordar um pouco do passado do nosso Concelho e também recordar o que de bom o passado nos deixou, porque hoje a atual geração não recorda ou não sabe.-----

Venho falar do futebol, mais concretamente, do nosso Concelho e Distrito nos anos 70. Para quem não sabe, no ano dos 825 anos do Foral de Maiorca não posso deixar de relembrar o título de campeão nacional de futebol conquistado pela Casa do Povo de Maiorca, faz no próximo dia 09 de julho 47 anos.-----

Foi no Estádio Municipal de Leiria que esta equipa bateu o campeão distrital de Lisboa, a Fábrica de Chocolates Regina, por uma bola a zero, com um golo de Carlitos aos 33 minutos, sendo, até hoje, a única equipa a conseguir este título nos campeonatos da ex-Fundação Nacional para Alegria no Trabalho e agora Fundação INATEL do Concelho e do Distrito.-----

Não só conseguiu este título que é o expoente máximo desta modalidade no país, como ainda foi campeã distrital nas épocas de 1969/1970, 1970/1971, 1971/1972 e em 1974/1975, e na época de 1972/1973 foi vice-campeã. Ou seja, quatro títulos de campeão distrital, um de vice-campeão e um campeonato nacional.-----

Se é certo que estes atletas vestiam as cores do Maiorca, também é certo que eles representavam o nosso Concelho. Se não vejamos, os jogadores campeões - Miranda guarda-redes da Salmanha, já falecido, Verdete de Maiorca, Virgílio de Buarcos, Gabriel, capitão da equipa, de Santana, Azevedo, já falecido, de Buarcos, isto na defesa, a meio campo tínhamos o Sol de Maiorca, o João Gonçalves, o Lopes, já falecido, e o Cabete todos estes de Buarcos, e ainda faziam parte desta equipa o Caldeira da Figueira da Foz, o Carlitos de Maiorca, o Menano de Santana, o Batoque, o Fernando e o Rocha, todos Maiorca.-----



O seu treinador foi também alguém a quem o futebol figueirense deve muito, trata-se nem mais nem menos de João de Almeida, também ele já falecido.-----
A Fundação Inatel de Coimbra através do seu Presidente, Dr. Bruno Paixão, no passado dia 15 de junho, na sua Gala de Desporto, prestou uma singela homenagem e estes atletas.-----

Por isso, não posso deixar de através desta minha intervenção de fazer aqui um apelo à Freguesia de Maiorca no ano das comemorações do seu Foral e ao Município da Figueira da Foz para que estes atletas, os que ainda estão entre nós, sejam lembrados e reconhecidos pelo seu trabalho e, também, lembrar aos mais jovens este honroso e prestigiante título único alcançado no nosso Concelho e Distrito.-----
A Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca, um evento de Maiorca mas também do Concelho, dedicada aos 825 anos do Foral poderá ser o momento e o local certo, assim seja entendido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O nosso reconhecimento, caro deputado municipal António Simões Jesus, por nos lembrar dessa data.-----

O executivo municipal já se tinha lembrado e numa perspetiva de fomentar a prática desportiva e também de reduzir a pegada ecológica, instalaram-se luminárias menos poluentes e mais baratas, melhorando-se muito a iluminação daquele campo onde os jovens e os menos jovens de Maiorca praticam desporto.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - PRAIAS DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ COM BANDEIRA AZUL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Desejava dar nota que neste ano banear quase duplicámos as praias do Concelho com bandeira azul, passaram de cinco para nove.-----
Quiaios, Buarcos, Figueira da Foz-Relógio, Costa de Lavos, Leirosa, e este ano, Cabo Mondego, Cova Gala Hospital, Murtinheira e Tamargueira, foram reconhecidas pela Bandeira Azul e pela Europa, não só mas também, pela informação e educação ambiental, qualidade da água banear, serviços, equipamentos e segurança que são as principais áreas tidas em conta.-----

Para além do galardão Bandeira Azul, a Associação Ambientalista Quercus classificou as praias com qualidade de ouro.-----

A segurança nas praias e piscinas está assegurada por 67 nadadores salvadores, devidamente certificados para o efeito. De enaltecer também a criação de escolas de formação de nadadores-salvadores criados por este Município, em virtude da



falta de recursos humanos capacitados para este efeito. Os nadadores salvadores irão prestar apoio ao Projeto Municipal Praia Mais que se destina a pessoas com mobilidade reduzida. -----

Este é pois um motivo de grande satisfação e a noção de que oferecemos a quem quer que nos visite água do mar de excelência, vigilância e apoio.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “É um orgulho enorme termos tantas praias com o Galardão Bandeira Azul. Permitam-me recordar-vos que, durante anos, a praia de Buarcos teve uma vala a céu aberto que era notícia e, agora, tem água de excelente qualidade. Termos nove praias de excelente qualidade é o resultado do extraordinário contributo do Município para a Figueira da Foz e para o turismo na Figueira.”---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO VALOR DOS SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Em 21 de junho de 2019, os líderes dos grupos municipais reuniram para fixarem o valor dos seguros de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal, permitindo, desse modo, a sua integração na proposta de abertura do Concurso para aquisição global de seguros para o Município da Figueira da Foz. Nessa reunião foi unanimemente aprovada a proposta a ser votada nesta sessão, do seguinte teor:-----

« Considerando que: -----

- O Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua última redação, determina que os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais, mediante deliberação do respetivo órgão que fixará o seu valor - *cfr. art.º 17.º*;-----

- Os contratos de seguros do Município da Figueira da Foz, onde se incluem os seguros de acidentes pessoais Autarcas, cessarão no próximo dia 31 de agosto de 2019, exigindo-se um novo procedimento de aquisição destes serviços;-----

- Os serviços municipais enviaram à Assembleia Municipal uma informação dando nota dos valores das coberturas/capitais por membro da Assembleia Municipal seguro, no contrato atualmente vigente, e os valores para o novo contrato, ambos apresentados no Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de



Coimbra;-----

• Os valores das coberturas/capitais seguros mantêm-se nas condições apresentadas no Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, mas o valor do prémio anual de seguro é agora substancialmente menor (293,00 € em 2017/2019 e 197,00 € para 2019/2020);-----

• Analisada esta matéria com o Presidente da Câmara Municipal (dado que o órgão Câmara Municipal também terá de fixar os valores deste seguro para o seu Presidente e Vereadores), avaliadas as coberturas que se mantêm inalteradas e já foram consideradas pela Assembleia Municipal como as adequadas, e atento aos valores dos prémios anuais de seguro, agora bastante menores, foi consensualmente entendido optar-se pelas condições apresentadas no Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;-----

• Idêntica opinião foi perfilhada pelos líderes dos grupos municipais reunidos no dia 21 de junho de 2019, ficando decidido submeter uma proposta consensual nesse sentido à próxima sessão da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2019.----- Assim, nestes termos e com estes fundamentos, propõe-se que este órgão delibere aprovar a proposta, condições e valores apresentadas no Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em anexo, com fundamento no facto de os valores considerados pela Assembleia Municipal como os adequados para as coberturas/capitais seguros se manterem inalterados e o valor do prémio anual de seguro ser agora substancialmente menor, tal como foi consensualmente aprovado na reunião dos líderes dos grupos municipais.»-----

Dá-se aqui por reproduzido o documento com os valores apresentados no Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, João Paulo Pinto, e Vitor Gonçalves Alemão, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Pedro Alves Macedo, e Manuel Rascão Marques, ao abrigo do disposto no art.º 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar as coberturas e valores apresentados no Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, fixando-os como valores do seguro de acidentes pessoais dos membros desta Assembleia Municipal.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

4.2 - CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA O ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO GERAL E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM - N.º 2 DO ART.º 12.º DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO APROVADO EM SEDE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Em 21 de junho de 2019, os líderes dos grupos municipais reuniram para designar os deputados municipais para integrarem o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento do Orçamento Participativo Geral e do Orçamento Participativo Jovem. Numa primeira fase a Coligação Democrática Unitária não indicou nenhum deputado municipal para esse efeito, porém, posteriormente, veio a fazê-lo. Nessa reunião foi unanimemente aprovada a proposta a ser votada nesta sessão, do seguinte teor:-----

« Considerando que: -----

- Na sequência da publicação na 2.ª Série Diário da República, de 21 de fevereiro de 2019, do Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Figueira da Foz, e da sua entrada em vigor no dia 26 do mesmo mês;-----
- O n.º 2 do art.º 12.º do referido Regulamento prevê que a Assembleia Municipal possa criar um Grupo de Trabalho, constituído por um elemento de cada Partido Político representado na Assembleia e coordenado pelo Presidente da Assembleia Municipal, para o Acompanhamento do Orçamento Participativo Geral e do Orçamento Participativo Jovem.-----

Auscultados os líderes dos grupos municipais desta Assembleia, a Mesa propõe a designação dos deputados municipais para integrarem o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento do Orçamento Participativo Geral e do Orçamento Participativo Jovem:

José Fernando Guedes Correia - Partido Socialista-----

Manuel Fernando Rascão Marques - Partido Social Democrata-----

Christopher Joseph Maia Oliveira - Bloco de Esquerda-----

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz - Coligação Democrática Unitária-----

A Coligação Democrática Unitária indicou como elemento suplente para este Grupo de Trabalho Libânia Ribeiro Pires.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Os deputados municipais devem ter notado que, numa primeira informação, a Coligação Democrática Unitária comunicou não pretender fazer parte do Grupo de Trabalho para o Acompanhamento do Orçamento Participativo



Geral e do Orçamento Participativo Jovem, e é verdade. No entanto, nós reunimo-nos e depois de discutir esta questão demos um passo atrás, e decidimos integrar o referido Grupo de Trabalho.-----

Todos sabem a posição da Coligação Democrática Unitária sobre os orçamentos participativos, mas ainda assim entendemos que seria melhor discutir e levantar questões dentro do Grupo de Trabalho, daí termos mudado de opinião.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, em cumprimento das disposições emergentes do n.º 2 do art.º 12.º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Figueira da Foz, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor, uma abstenção, e sem votos contra, designar os deputados municipais José Fernando Guedes Correia, Manuel Fernando Rascão Marques, Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz e Christopher Joseph Maia Oliveira, indicados, respetivamente, pelo Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, para integrarem como elementos efetivos o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento do Orçamento Participativo Geral e do Orçamento Participativo Jovem, e Libânia Ribeiro Pires como elemento suplente da Coligação Democrática Unitária para o mesmo Grupo de Trabalho.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

4.3 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “A páginas nove do documento pode ler-se que, na reunião de Câmara de oito de abril foi aprovado, por unanimidade, o anteprojeto de «Melhoria da eficiência energética nas infraestruturas de habitação social do Município da Figueira da Foz». Isto tem a ver com a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal? O que vai ser feito ao certo? Depois, dá-se nota de um parecer Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro no âmbito do processo da Área de Reabilitação Urbana do Cabedelo -



Implementação de Ações no âmbito do Projeto de Proteção e Reabilitação Costeira e Dunar. O que vai ser feito?-----

Que Protocolos são estes a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e diversas coletividades e associações deste concelho, para agilização dos processos e candidaturas no Subprograma 2 do Programa «Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva?»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Faço aqui um voto que no estudo das próximas Áreas de Reabilitação Urbana se tenha em atenção a população envelhecida, que tem vindo a aumentar de ano para ano.-----

A páginas cinco, depois de fazer referencia à legislação e ao despacho da Vereadora Ana Carvalho Oliveira, na qualidade de Vice-Presidente, a Câmara ratificou a alteração à cláusula 7.ª do Protocolo celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Agência Portuguesa do Ambiente, visando o «aproveitamento dos inertes resultantes de dragagem de uma barra submersa e reposição dos sedimentos a Sul para recarga do troço de Costa através da colocação na zona emersa das praias». Até aqui entendo perfeitamente. Logo a seguir, quando se lê «relativo à distribuição da comparticipação nacional, consagrando-se uma nova reprogramação financeira a submeter para conhecimento da Assembleia Municipal» já não entendo. Esta segunda parte da frase é o cerne da questão, e porque não a entendemos, gostaríamos de ser esclarecidos.-----

Na página seis, fala-se da adjudicação e aprovação das minutas de contratos de aquisição de Serviços de Controlo de Infestantes Herbáceos para o Concelho da Figueira da Foz, pelo prazo de um ano e possibilidade de prorrogação, por iguais períodos, até ao limite máximo de três anos. Pergunto - a Câmara Municipal da Figueira da Foz continua a tentar salvar as palmeiras através daquele tratamento agressivo, mas ao qual o escravelho cede?-----

Na página oito, dá-se nota que a Câmara Municipal aprovou um procedimento para aquisição de Serviços de Fornecimento e distribuição de Refeições Escolares. Ora, o Presidente da Câmara prometeu nesta Assembleia Municipal que, muito em breve, estas refeições escolares não seriam transportadas a quente mas confeccionadas no próprio local, obviamente, onde houvesse condições para tal. Gostaríamos de saber se no próximo ano letivo já haverá escolas a confeccionar as suas próprias refeições, o que do nosso ponto de vista seria o ideal.-----

Na página dez, volta-se a falar das obras do Cabedelo e já estão fartos de saber



qual é a nossa opinião sobre elas. Mas, agora, há aqui uma cusquice porque também nesta mesma página se fala no Presidente da Câmara e no Vereador Carlos Monteiro. Na reunião de oito de abril já não era Presidente de Câmara o Dr. Carlos Monteiro? Não?-----

A páginas treze, volta-se a referir o Prémio Literário João Gaspar Simões e nós voltamos à carga. Somos muito teimosos, mas também não nos vamos repetir até porque todos conhecem o que achamos sobre este Prémio e sobre a extinção do Prémio Literário Joaquim Namorado.-----

Ainda na mesma página e sob o título Serviço de Museu e Núcleos Museológicos, menciona-se a aprovação de uma venda de livros ao público, pelo preço de dezoito euros, mas não faz nenhuma referência ao livro. Qual é o livro? Se não puderem responder agora nós aguardaremos pela resposta no futuro.-----

Na página quatorze, há duas revogações de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, relativos à educação, celebrados com as Freguesias de Alhadas e Tavarede. Gostaríamos de ser esclarecidos sobre estas revogações.-----

Nas páginas quinze e dezasseis, fala-se de isenções de taxas para alguns eventos de motociclismo, sendo que a isenção total ascende a 13.458,30 €, tendo o Moto clube ainda recebido um subsidio de 5.000,00 €. Sei que me irão responder que estas iniciativas trazem gente à cidade...-----

A última questão tem a ver com o que se disse aqui sobre a Feira de São João deste ano, e pergunto se os feirantes estarão isentos de taxas devidas pela colocação dos seus equipamentos e afins? Não sei qual vai ser a resposta, mas se esta for sim, seria uma forma de cativar mais gente que trabalha nessa atividade que, como sabem, dá prejuízos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Trata-se da aprovação do projeto de eficiência energética para habitação social e tem tudo a ver com a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal. Pretende-se aumentar o isolamento térmico das habitações tendo em vista a redução do consumo energético. Quanto ao Cabedelo penso que se refere ao ponto agendado para esta sessão da Assembleia Municipal. Como eu disse há pouco na intervenção que fiz sobre a transposição de areias, os custos do Município correspondem a cerca de 5%, portanto, um valor rondando pouco mais de um milhão de euros distribuído por três ou quatro anos.-----

Relativamente aos protocolos do Leslie os custos totais rondam os 800.000,00 € e



abrangem todas as coletividades que pediram apoio. No pressuposto que o Governo vai criar uma linha candidatura para apoiar as coletividades na ordem dos 60%/70% dos prejuízos, com estes protocolos a autarquia da Figueira da Foz compromete-se a suportar, no imediato, 90% por cento dos custos e as coletividades suportam os restantes 10%, ficando estas últimas obrigadas a devolver ao Município o apoio do Governo mal o recebam.-----
Portanto, o que se fez foi adiantar o apoio que o Município iria conceder e que corresponde ao diferencial entre os 60%/70% e os 90%, e que se cifra entre os 20%/30%.-----
Quanto às Palmeiras é no limite.-----
Permita-me aqui antecipar que temos vindo a avaliar o processo do Freixo no Largo da Misericórdia, ouvimos tanto entidades privadas como a Universidade de Lisboa, que nos sugerem o abate do Freixo, e se todos forem unânimes nesse parecer ele será abatido. Todavia, como já disse temos vindo a efetuar várias consultas a especialistas na matéria e tudo faremos para preservar a árvore.-----
Aquilo que nós assumimos em relação às refeições escolares foi tentar que elas fossem todas confeccionadas por nós. Algumas freguesias estão já a trilhar este caminho e outras querem-no trilhar. Não conseguimos assumir que as refeições sejam confeccionadas em todas as escolas, mas pretendemos que elas sejam confeccionadas por administração direta e depois haja algum transporte.-----
Há escolas com um número de alunos relativamente baixo e o investimento na cozinha e em pessoal seria demasiado elevado, podendo provocar aqui alguns condicionamentos financeiros. Contudo, este ano a nossa grande aposta é caminhar para a gratuidade da Educação e que os alunos do secundário não paguem transportes escolares. No ano seguinte, iremos trabalhar no confeccionamento local das refeições.-----
Tomámos em boa conta as vossas sugestões e já pedimos aos técnicos para em anos alternados instituírem o Prémio Literário João Gaspar Simões e o Prémio Joaquim Namorado e, provavelmente, até lançaram outro prémio para homenagear João de Barros, todos eles figueirenses.-----
A revogação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, o de Alhadas tem a ver com a implementação do serviço de refeições escolares, e o de Tavarede diz respeito às Atividades de Animação e Apoio à Família do Prolongamento de horário.-----
As isenções de taxas dizem respeito à prova de Motocross que no ano passado correu bem.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Era sobre Freixo. Perder-se-ia a área, mas também é uma área pública da história daquela árvore centenária, portanto, não haveria a hipótese de vedar a área com uma lápide explicativa sobre a história do Freixo. Eu já tenho encontrado isso noutros sítios a propósito de árvores centenárias.-- Devem estar lembrados, tanto quanto eu, daquela palermice de um senhor que queria arrancar uma oliveira no Alentejo para a colocar num Jardim em Londres!... Isto é exemplificativo do que é valioso e altamente simbólico - uma árvore da vetusta idade.-----

Ponderem isto e coloquem à consideração dos técnicos que trabalham nesta área, a sustentação dos ramos e confinamento do espaço e do espaço de eventual queda."----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA FREGUESIA DE ALHADAS, DOADA AO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PELA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALHADAS

Em sede de reunião de Câmara de 04 de março de 2019, foi aceite a doação ao Município da Figueira da Foz pela Fábrica da Igreja Paroquial de Alhadadas, de um terreno com a área de 6.450 m², sito no Arnal, freguesia de Alhadadas, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 2525 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz na ficha n.º 9362/Alhadadas, o qual com o arranjo urbanístico do espaço denominado Parque do Arnal há cerca de 12 anos passou a ter um uso público, mas ainda continuava inscrito como terreno destinado a construção a favor da Fábrica da Igreja Paroquial de Alhadadas.-----

Nessa mesma reunião foi ainda deliberado a afetação deste terreno ao domínio público municipal, após a celebração da escritura de doação, a qual foi outorgada em 21 de maio de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob



proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, afetar ao domínio público municipal o terreno com a área de 6.450 m², sito no Arnal, freguesia de Alhadas, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 2525 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz na ficha n.º 9362/Alhadas, o qual com o arranjo urbanístico do espaço denominado «Parque do Arnal» passou a ter um uso público.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL DE 2018

Pelo Presidente da Câmara foram presentes os documentos de Prestação de Contas consolidadas do Grupo Municipal referentes ao ano de 2018, elaboradas nos termos do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, e a Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010, de 01 de julho, e tendo como base o Manual de Consolidação aprovado pela Câmara Municipal em 19 de março de 2018.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Da certificação legal das Contas, ao fim e ao cabo ficamos a perceber que no Relatório da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, há bases para uma opinião com reservas, e quer o ponto um quer o ponto dois, parecem-nos ser reservas importantes que gostaríamos aqui de ver esclarecidas nesta sessão da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: ""Relativamente aos pedidos de esclarecimento do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, estou certo que o Presidente da Câmara e o Vereador do Pelouro das Finanças responderão.-----

Eu só queria notar que o Partido Social Democrata chega tarde a estas coisas, nem é especialmente novo, porque as menções expressas no Relatório do Revisor Oficial de Contas nas Contas Consolidadas são exatamente as mesmas que já estavam nas Contas individuais do Município. São precisamente as mesmas sem tirar nem por!--



Aliás basta comparar os documentos, e isso não é especialmente estranho, porque, no contexto das Contas Consolidadas mais de 90% daquilo que lá está são as Contas do Município, como é evidente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Ou seja, mais gesto menos gesto ficamos na mesma... Gostávamos de ser esclarecidos sobre estas reservas e sobre o que elas querem dizer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Nuno Gonçalves, a pedido do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR NUNO GONÇALVES: “De facto, a Certificação Legal de Contas tem três reservas, uma por âmbito e duas por desacordo.-----

A primeira considera que o resultado do exercício está subavaliado, ou seja, significa que não houve o princípio da especialização de proveitos recebidos a 31 de dezembro e depois contabilizados em janeiro, e não foi procedido ao princípio da especialização, o que significa que o resultado do exercício seria ainda maior e os resultados operacionais, portanto, seriam positivos.-----

O ponto dois dá nota que há, portanto, bens imóveis no inventário valorizados a custo zero que têm a ver basicamente, com os bens culturais. Ou seja, nós temos todos os bens culturais inventariados mas muitos deles estão com valor a zero. Isto porquê? Porque é de difícil apreciação a valorização de certas peças que temos, por exemplo, um esqueleto, alguns quadros, etc. O dinheiro que custaria fazer esta peritagem externa, porventura criando um gasto ao Município, não compensará, no fundo, esta valorização em balanço. É um processo paulatino que estamos a tentar desenvolver, mas a valorização deste tipo de artigos é tão específica que teríamos de recorrer a uma peritagem externa, e não sei se os custos, sinceramente, compensariam isto.-----

A outra reserva de âmbito tem a ver com a circularização, com o facto de nós solicitarmos que confirmem os saldos e os stakeholders, aqueles que se relacionam com o Município, não responderam. Portanto, esta reservas não tem a ver com o próprio Município, é fruto da circunstância, mas é normal que o auditor faça a reserva de âmbito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Não é possível quantificar então os valores que estão em causa nos pontos dois e três das reservas do Auditor? Ou seja, não temos qualquer noção do que aqui se fala em termos de valor?”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Nuno Gonçalves, a pedido do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR NUNO GONÇALVES: "O ponto três é uma reserva de âmbito e não tem aplicação financeira ou monetária. Portanto, o que o Auditor diz é que, efetivamente, a conferência dos saldos com os stakeholders relacionados com o Município muitos deles não responderam. Portanto, é normal e o Auditor faz essa reserva por âmbito. No ponto dois, ele diz que, de facto, os artigos que estão valorizados a zeros não o deveriam estar. Mas os artigos estão todos inventariados, mas se não estivessem a zeros, o Município teria um balanço muito mais forte."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Senhor Vereador Nuno Gonçalves, foi uma resposta capaz e mais às tais avaliações dos bens imóveis serem incluídos a custo zero, bens imóveis depreendemos que são bens imóveis e bem imobiliário, não concretamente.----- Deputado municipal José Fernando Correia nós fizemos o comparativo agora com o Relatório da Auditoria, e aliás, permita-me que repudie a forma como não aceitamos piadas sobre se chegámos tarde ou chegámos cedo. Eu hoje fiz um esforço para estar aqui a horas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Eu devo ter sido mal interpretado com toda a certeza.--- A única coisa que disse, e repito, é que estas menções que o Revisor Oficial de Contas colocou no Relatório sobre as Contas Consolidadas são as mesmas que já tinha colocado nas Contas individuais. E nessa altura, o Partido Social Democrata não disse nada sobre o assunto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Deputado municipal José Fernando Correia é só para lhe dizer que foi por essa razão que nós votamos contra. Que fique registado em ata, por favor."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente aos imóveis são as obras que ainda não foram rececionadas definitivamente e, por isso, é que elas não estão contabilizadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Manuel



Fernandes Domingues, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e dez votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata e dos membros da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1), in fine, do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao ano de 2018.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2019

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----
Esta revisão tem subjacente a reprogramação financeira da obra «Requalificação Urbana do Cabedelo», o enquadramento no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 do reforço da dotação de várias ações para a realização de investimentos, tais como, a aquisição de uma viatura florestal de combate a incêndios, «arranjos diversos por empreitada», e a empreitada para a reparação da cobertura do Mercado Municipal Engenheiro Silva, em consequência da tempestade Leslie, a inscrição de três novas ações destinadas à instalação de relva sintética no Campo Desportivo da Cova/Gala, aos trabalhos preparatórios para a instalação das estações do sistema de bicicletas partilhadas, e a ampliação do edifício para a Aceleradora de Empresas, bem como, o ajustamento ou inscrição de valores plurianuais do investimento a realizar com a Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (Construção), e ao nível da despesa corrente de várias Ações Mais Relevantes entre as quais se destacam os «Transportes Escolares» e as «Refeições Escolares» ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “É de estranhar que estejamos a votar a 3.ª Revisão de um plano que supostamente começou a sua vigência em junho e, portanto, gostaria de



ser esclarecido em relação à necessidade de ele ser consecutivamente revisto. Se houvesse Assembleia Municipal todos os meses, estaríamos em cada Assembleia Municipal a aprovar uma Revisão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A explicação é simples. Infelizmente, qualquer dia ainda vamos descobrir qualquer problema do Leslie que não foi identificado.-----

Alguns ainda não tiveram essa noção, mas custou muito aos figueirenses e a este executivo reforçar o Corpo de Bombeiros com mais uma viatura para colocar ao dispor do nosso Concelho para ocorrer o mais rapidamente possível a qualquer situação ativa. Foi possível desbloquear a verba, daí termos feito a Revisão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dez votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata e dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, visando a reprogramação financeira da obra «Requalificação Urbana do Cabedelo», o enquadramento no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 do reforço da dotação de várias ações para a realização de investimentos, tais como, a aquisição de uma viatura florestal de combate a incêndios, «arranjos diversos por empreitada», e a empreitada para a reparação da cobertura do Mercado Municipal Engenheiro Silva, em consequência da tempestade Leslie, a inscrição de três novas ações destinadas à instalação de relva sintética no Campo Desportivo da Cova/Gala, aos trabalhos preparatórios para a instalação das estações do sistema de bicicletas partilhadas, e a ampliação do edifício para a Aceleradora de Empresas, bem como, o ajustamento ou inscrição de valores plurianuais do investimento a realizar com a Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (Construção), e ao nível da despesa corrente de várias Ações Mais Relevantes entre as quais se destacam os «Transportes Escolares» e as «Refeições Escolares» ao



nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2018

Pelo Gabinete de Apoio à Presidência foi presente o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2018, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, este Relatório foi previamente enviado aos titulares do Direito de Oposição para se pronunciarem, caso assim o entendessem, tendo sido rececionada uma participação escrita da Coligação Democrática Unitária, a qual mereceu a resposta expressa na versão final do Relatório agora presente para aprovação.-----

Este documento foi aprovado em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Pedia-lhe que este relatório fosse alterado no capítulo dois, titulares do direito de oposição, porque o Partido Social Democrata não pode votar favoravelmente este documento, atento o facto de entendermos que a visibilidade dos trabalhos deste órgão, não se permitindo a transmissão via Net destas assembleias, impostos pelo Partido Socialista, são claramente uma obstrução ao direito da oposição."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Nós queremos a participação de todos os cidadãos neste processo. E a Coligação Democrática Unitária recorrentemente tem-se pronunciado, todos os anos, no âmbito do disposto no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----

Iremos enviar o orçamento com vinte dias de antecedência aos membros a Assembleia Municipal e dar cinco dias para apresentarem as propostas que acharem por bem. Nos cinco dias subsequentes, iremos analisá-las e integrar, aquilo que for possível e considerarmos necessário integrar no documento, para depois agendar a proposta de Orçamento à Câmara e à Assembleia Municipal.-----

Parece-nos justo, tanto mais que nós queremos que todos tenham uma palavra ativa na elaboração do Orçamento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Nós mantemo-nos numa posição recuada de ver para crer,



como São Tomé!-----
Porque a questão da audição quer dizer por aqui. Isto é que é audição. Ler documentos, é por aqui. A Coligação Democrática Unitária vai ver como isto irá funcionar e depois cá estará para discutir.-----
É evidente, cinco dias não nos parece muito, não só para analisar o que já está vertido no documento mas também tentar corrigir, ou tentar apostar numa proposta diferente.-----
Mas a ver vamos como dizem os cegos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e doze votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2018, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TENDO POR OBJETO A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a aceitação expressa da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em matéria de educação, saúde, e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, na qualidade de autoridades de transporte previstas nos art.ºs 6.º a 8.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado no anexo à Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, na sua última redação, consagradas nos diplomas setoriais - Decretos-Lei 21/2019, 23/2019 e 58/2019 - que determinam a forma de aplicabilidade e eficácia dessa transferência. Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----
MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “A Coligação Democrática Unitária tem muitas reservas e



preocupações relativamente à transferência de competências.-----
Nós vamos votar contra este ponto, pelas razões que todos conhecem. Votar contra é um direito que nos assiste, estamos aqui para votar a favor daquilo com que concordamos, votar contra aquilo que discordamos, e abstermo-nos quando não é carne, nem é peixe. Felizmente, estamos num país onde podemos ter a nossa opinião e vamos continuar a tê-la!-----

Portanto, neste ponto 5.5, vamos votar contra e chamamos a atenção, mais uma vez, para esta descentralização que não é a regionalização, implica verbas e gente. Não sabemos até que ponto é que as vão ter, porque não fazemos parte do órgão executivo, e esperamos que haja capacidade, porque se não a houver quem vai sair prejudicado desta situação são as populações.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “O Partido Social Democrata reafirma o que tem vindo a dizer nesta assembleia.-----

O Partido Social Democrata é um partido reformista e sempre teve a sua força nas autarquias, e por as conhecer bem é a favor da descentralização, mas não como o Governo Socialista está a pretender fazê-la. Não está devidamente estudada e acautelada financeiramente.-----

No caso presente, constata-se que o Senhor Presidente de eleição socialista, continua a querer que se percam competências permitindo que outros decidam assuntos de interesse dos figueirenses, pois a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é uma associação de Municípios, logo. os poderes do Município são coordenados pela mesma, e até ao presente, a Figueira da Foz apesar de ter tido a sua Presidência em nada beneficiou.-----

Mas esta atitude do Partido Socialista local não é de estranhar, pois está habituado a deixar que não figueirenses mandem no destino do nosso Concelho.-----

Veja-se o caso da Direção do Porto da Figueira da Foz. Não tem ninguém do nosso Concelho, só pessoas de Aveiro, independentemente da sua competência. Só que Aveiro tem um Porto concorrente, e isto, com o devido respeito, não é defender os interesses da Figueira da Foz. Pé ante pé vamos perdendo influência com esta liderança socialista.-----

Na presente proposta, esta delegação de três competências que se reputam de importantes para o desenvolvimento e bem-estar dos figueirenses. Saúde - bem vemos o que estamos a perder nesta área. Educação - abdicam de uma Carta Educativa Municipal que ainda há bem pouco tempo gastaram dinheiro, na defesa de qual oferta



educativa será importante para o Município. Deixam que outros definam as prioridades, a instalação e manutenção de edifícios e equipamentos educativos. A lei diz que os Municípios podem transferir para as entidades intermunicipais e os senhores querem! Aqui algo que nos diferencia, o Partido Social Democrata não quer!-----

Transportes - agora que Vossas Excelências estão tão preocupados com a pegada ecológica tentando diminuir o tráfego automóvel, mas aumentando as áreas cimentadas e empedradas ou colocando mesas de betão na praia, os transportes públicos deveriam ter uma implantação real com autocarros elétricos de qualidade, com variados circuitos e maior frequência. Mas isto para o Presidente Doutor Carlos Monteiro, da direção socialista, não interessa para nada. Ou então responderá o Senhor Presidente que está para breve, como é hábito, não sabendo em que ano!-----
E assim sendo, obviamente, iremos votar contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Não somos só nós que temos dúvidas em relação a esta matéria, tem o Partido Social Democrata, como acabámos de ouvir, e têm eleitos do Partido Socialista, porque por exemplo as Juntas de Freguesia de Buarcos e São Julião e Quaiaios, se eu não estou em erro, não aceitaram transferência de competências para já, por não terem certezas em relação aos financiamentos. Saúdo-vos por essa vossa coragem!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Obviamente, algumas das freguesias não aceitaram as competências porque, certamente, os deputados municipais também já conseguiram ler o Decreto-lei e devem estar bem despertos para o seu art.º 4.º, que estabelece uma coisa muito simples «As transferências de competências têm carácter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução».-----

Por isso, é necessário que as Juntas de Freguesia ao aceitarem as competências tenham em conta a sua natureza e as suas limitações materiais e humanas.-----

A Lei determinou um prazo para os Presidentes das Juntas de Freguesia negociarem com o Presidente da Câmara quais as competências que podem ou não aceitar no imediato. Portanto, estas duas «corajosas» Freguesias terão esse tempo para negociarem a transferência de competências.-----

Efetivamente e penso estar aqui a falar por um conjunto de colegas meus Presidentes de Junta, a nossa ideia é aceitar essa transferência, até porque já a temos,



assumimos compromissos até 2020/2021, e não os vamos desrespeitar, contudo, deve haver algum cuidado a enfrentar esta realidade. Mas nunca rejeitaremos essas transferências.-----

Muitas das freguesias necessitam delas, tem a capacidade para elas, mas seguramente outras freguesias há, nomeadamente, uma no Norte do nosso Concelho que, provavelmente, terá algumas dificuldades em aceitar algumas.-----

Por isso mesmo, a transferência das competências já está a ser ajuizada, e na perspectiva de quem pode ter uma, duas, ou três, ou quem pode tê-las todas.

Tavarede é uma das Freguesias que se aproxima de Buarcos e São Julião e de Quiaios, não aceitou para já a transferência de competências, precisamente, porque aguarda poder vir a negociar essa situação também.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Não sei se entendi bem, o deputado municipal Fernando Martins Lopes afirmou que Tavarede também não tinha aceite ainda as competências? Em 2019? Não tinha essa informação.-----

Eu queria dizer que nós lemos o art.º 12.º e os outros, portanto pode ficar tranquilo que nós quando nos sentamos nestas cadeiras, que até são confortáveis, nós lemos os artigos todos.-----

Há pouco, a minha camarada Maria Adelaide Gonçalves esqueceu-se de dizer uma coisa, e eu aproveitei a deixa. Nós vamos enviar um pequeno documento sobre a nossa posição de tudo o que já dissemos sobre a transferência de competências.-----

Nós vamos passar a escrito, vamos enviar e vamos pedir que faça parte integrante da ata desta assembleia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Estamos aqui a falar de transferências de competências que a Lei base pressupõe que sejam subdelegadas na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

Não posso discordar mais com essas conversas sobre se somos representados por figueirenses ou não figueirenses, vindas às vezes de onde veem, e que são uma verdade no presente, mas no passado foram uma mentira ou eram outra verdade. Não faz sentido!-----

Aquilo que estamos aqui a aprovar ou a colocar a votação no domínio da Saúde são os seguintes pontos - participar na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e unidades de cuidados continuados e ambos de âmbito intermunicipal. Parece-me que tem de ser um organismo intermunicipal a emitir



parecer sobre cortes em matéria de cuidados de saúde primários, cuidados continuados, designar representantes nos órgãos de gestão das Unidades Locais de Saúde da respetiva área de influência, presidir ao Conselho Consultivo das Unidades de Saúde do setor público administrativo, ou entidades públicas empresariais.---
No domínio da educação são o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolares. Portanto, felizmente e finalmente, estamos a articular aquilo que é interdisciplinar e intermunicipal entre a organização que coordena com a representação de todos os Presidentes de Câmara democraticamente eleitos.-----
Num registo um pouco diferente, permitam-me dizer-lhes que acredito declaradamente que quanto mais próximo estiver o decisor do local onde essa decisão surte efeito, melhor é a decisão e a ação. E nós temos dado provas disso. Requalificamos não só as escolas todas, ou praticamente todas, do 1.º Ciclo, Jardins de Infância, mas também Centros de Saúde, que não eram competência nossa. Se nós não o tivéssemos feito provavelmente ainda hoje não tinha acontecido.-----
Se calhar ainda hoje não estavam retiradas as placas de fibrocimento da Escola João de Barros. Provavelmente, ainda hoje não teria sido intervencionada a Escola Cristina Torres.-----
Nesta perspetiva, eu acho que a delegação de competências só traz mais valias.--
Na verdade, havia aqui um pormenor, hoje felizmente já clarificado, no domínio da Educação as competências da Câmara podem ser subdelegadas nos Diretores dos Agrupamentos, e em termos de Saúde as competências podem ser subdelegadas nos Diretores dos Centros de Saúde.-----
Em meu entender, o processo está a ser bem construído e felizmente, está a tratar de uma região enquanto a região, e não cada Concelho a tomar as decisões olhando só para a sua área."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, José Augusto Mateus, e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e onze votos contra dos membros do Partido Social Democrata e



da Coligação Democrática Unitária, manifestar a sua concordância expressa à aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em matéria de educação, saúde, e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, na qualidade de autoridades de transporte previstas nos art.ºs 6.º a 8.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado no anexo à Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, na sua última redação, consagradas nos diplomas setoriais - Decretos-Lei 21/2019, 23/2019 e 58/2019 - que determinam a forma de aplicabilidade e eficácia dessa mesma transferência.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, elaborado nos termos da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 01 de julho de 2009, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este Plano foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Após análise da informação e documentação anexa a este ponto 5.6, nomeadamente, o Plano de Prevenção, este documento não é totalmente explícito em relação a quantos Planos de Prevenção foram anteriormente produzidos por esta Câmara, desde que o Conselho de Prevenção da Corrupção aprovou a recomendação no sentido de os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, elaborarem Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.-----

Quais foram as principais alterações e mais valias deste ano em relação aos anteriores, caso a resposta à minha primeira pergunta tenha sido positiva?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Embora este Plano, que está muitíssimo bem feito, derive de uma Recomendação, a nós faz-nos muita, não é confusão, é mal estar, partirmos do pressuposto que há riscos de gestão que podem ser por incompetência e é outra coisa, mas não incluindo corrupção e infrações conexas.-----



Como é que à partida, a Autarquia Local parte do pressuposto que a corrupção é algo que está no terreno e que é preciso uma vacina contra ela, porque é um vírus, ou uma bactéria que se está espalhando? Realmente a comunicação social dá-nos essas imagens, mas também nos dá outras, é que raramente há castigos.----- Isto causa-nos mal estar e acho que se por acaso, isto caísse nas mãos de um estrangeiro que lesse e entendesse bem português, se fosse espanhol, talvez dissesse «Olé!»."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "É só para dar uma pequena nota e referir que achamos este tema interessante e esperamos que o Plano seja efetivamente implementado. E cá estaremos para cumprir a nossa função de fiscalização."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estes Planos de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas têm sido feitos desde que a lei o obriga e temos melhorado continuamente."-----

Pretendemos, em termos de Comunidade Intermunicipal, fazer até uma auditoria externa, não nunca no pressuposto que há corrupção, mas sempre no pressuposto que os comportamentos, os hábitos, os processos são o mais transparentes possíveis, e fique muito evidente que todos os procedimentos foram os corretos e legais, dignificando o exercício do poder autárquico. Essa é a nossa preocupação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, José Augusto Mateus, e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no ponto 1.1. da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de julho de 2009, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.7 - ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P., PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PROTEÇÃO COSTEIRA INTEGRADAS NO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CABEDELO E



**CABEDELINHO, APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 27 DE
FEVEREIRO DE 2019**

Pelo Presidente da Câmara foi presente para análise e aprovação uma Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado em 18 de dezembro de 2018, entre o Município da Figueira da Foz e a Agência Portuguesa do Ambiente, tendo em vista a concretização do processo de cooperação técnica para a execução das obras de proteção costeira integradas no Projeto de Requalificação do Cabedelo e Cabedelinho, e a candidatura a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.----

Esta Adenda foi celebrada em 05 de junho de 2019, com fundamento na necessidade de correção do número do Aviso da candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que passa a ser o n.º 8 e não o n.º 07 como era indicado no contrato inicial, e ainda, de adequação ao novo Aviso da identificação da empreitada e do objeto do contrato.-----

Esta Adenda ao Contrato Interadministrativo foi ratificada na reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Obviamente, sei que estamos aqui a discutir a Adenda ao Contrato Interadministrativo mas, já agora, penso que deveríamos ser esclarecidos sobre as constantes alterações ao projeto inicial do Cabedelo e de toda a zona envolvente.-----

Gostaria de saber exatamente qual o ponto da situação. Ao fim e ao cabo, qual é o número desta alteração ao plano inicial? O que se pretende exatamente com o Cabedelo? É uma zona demasiado importante e bela para ficar ao critério de uns quantos.-----

Ou seja, eu penso que o Cabedelo devia ser uma zona que a intervencionar deveria merecer um amplo consenso, não só de todas as forças políticas, mas também de todas as forças sociais, e parece que, cada vez mais, o Cabedelo é um feudo desta administração camarária.-----

Portanto, gostaríamos de ser esclarecidos exatamente sobre o que está a ser feito, e como é que se quer intervencionar esta zona tão importante para a Figueira da Foz e aqueles que nos visitam."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esta obra nunca foi um feudo deste executivo, nem de um



grupo de pessoas e obteve um consenso alargado. Provavelmente, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco esteve tal como outros estiveram numa apresentação no Clube Marítimo da Gala, que contou com dezenas de pessoas, e onde o Projeto foi apresentado e debatido. O que não é democrático e não é normal, é uma ínfima minoria querer mandar no Cabedelo e achar que são donos e senhores daquilo. Isso é que não é normal!-----

O processo vem hoje aqui porque houve alguns que opinaram sobre isso, e nós consideramos que as suas sugestões poderiam ter interesse e ser relevantes, e fizemos a alteração ao projeto levando-as em linha de conta. E se isto não é democrático, mais democrático que isto não existe.-----

Procedemos a ligeiras alterações, há uma requalificação numa zona da praça em que se pretende que não haja nada que interfira com a qualidade da onda para não prejudicar a atividade surfista.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: “Eu queria, em nome da Junta de Freguesia e de todos os Covagalenses, agradecer ao Presidente da Câmara, a todo o executivo, à Vereadora Ana Carvalho Oliveira, que acompanhou e está a acompanhar constantemente este projeto, à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Ministro do Ambiente e Secretário de Estado do Ambiente. Agradecimento esse, que foi feito ainda há dias com a inauguração do Centro Escolar em que eu, obviamente, agradeci a estas entidades e onde gostaria de vos ter tido lá também para ouvir esse meu agradecimento. Infelizmente, por razões óbvias, certamente não puderam ir à Freguesia de São Pedro, e eu lamento essa vossa ausência.-----

Quanto às obras do Cabedelo, isto é um compromisso do nosso programa eleitoral. Eu já aqui expliquei e parece que há dificuldade em entender, mas a requalificação do Cabedelo estava no nosso programa eleitoral que foi sufragado e vocês tiveram uma ampla derrota. Portanto, não podemos vir aqui falar de amplo consenso, porque os senhores é que não querem, por vezes, saber fazer talvez as contas dos resultados eleitorais.-----

E, diariamente, há sempre uma tomada de posição da vossa parte em relação ao desenvolvimento do Cabedelo e a que se faça obras na Freguesia de São Pedro. Realmente eu, porque ando lá e não ando distraído, sei que aquilo é congeminado numa determinada área do Cabedelo, parecendo quase uma geringonça em versão pimba. Aconselhava-os a refletirem um bocadinho sobre resultados eleitorais das últimas eleições, e realmente verem que o povo da Freguesia de São Pedro quer as obras de



requalificação do Cabedelo e está com o Partido Socialista. Já agora, numa última nota, felicitar o Bloco de Esquerda porque passou a ser a segunda força política na Freguesia de São Pedro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “O Presidente da Câmara afirmou que há uns tempos atrás apresentaram este projeto e estavam lá umas centenas de pessoas, e isso faz-me lembrar a apresentação das obras de Buarcos, onde também estavam algumas pessoas que chegaram à conclusão que aquilo que lhes fora dito e mostrado de maneira nenhuma correspondia àquilo que foi e está a ser implantado no terreno.-----

Depois falou que há um ínfimo número de pessoas que discordam das propostas para o Cabedelo, e eu parto do princípio que as pessoas têm vindo a ser avisadas das sucessivas alterações que o projeto tem sofrido. Ou não?-----

O Presidente da Junta de Freguesia disse que a requalificação do Cabedelo era um compromisso eleitoral. Falavam lá também da implementação de um hotel e da extinção do Parque Campismo? Falavam lá da deposição de areias na frente e na parte de trás da zona encostada à estrada que ia para o Cabedelo? Essas coisas estavam lá explicitadas? É que não estavam!-----

Portanto, os Covagalenses não validaram estas propostas, simplesmente não as viram, elas não estavam lá escritas.-----

Agradeço o facto de nos ter ignorado e lembro-lhe uma coisa, há pouco falámos de quem gosta e quem não gosta da Figueira. O Cabedelo não é de facto um feudo dos Covagalenses. Eu desde garota pequenininha ia para o Cabedelo, o Cabedelo é de todos nós, aliás, o Cabedelo faz parte do território nacional e é uma joia e só tem de ser preservada.-----

O Presidente da Junta de Freguesia lamentou que não tivéssemos estado a ouvir os agradecimentos, mas vou-lhe dizer, todas as semanas não, porque não posso, mas normalmente, de 15 em 15 dias eu vou a São Pedro, sabe fazer o quê? Espreitar o quinto molho porque estou muito preocupada com os destinos dos nossos concidadãos. Agora, gostava que pudessem fazer uma coisa, um texto muito simples sobre o que vai acontecer no Cabedelo e no Cabedelinho, uma folha A4, e enviassem a todos os Covagalenses sem exceção, num envelope para consulta pública. Experimentem fazer uma consulta pública, concorda com isto sim ou não, para entregar em carta fechada na Junta de Freguesia, anonimamente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Confesso que esta última intervenção do Presidente da



Junta de São Pedro me entristeceu. Há momentos em que na atividade política, na atividade pública e na atividade cidadã, devemos saber distinguir aquilo que é eminentemente partidário, daquilo que é importante para todos.-----

E fico uma vez mais triste porque a última intervenção do Presidente da Junta de Freguesia mostra que ele até pode ganhar eleições, mas nunca será o estadista.-- Nós estamos aqui a propor que o Cabedelo, de uma vez por todas, seja um projeto comum.-----

Já agora, senhor Presidente de Junta apresente-nos uma ideia, aquilo que acha que deve ser o Cabedelo para o futuro, para o século 21.-----

Apesar de ser uma ínfima minoria sabe que, às vezes, a verdade está nas ínfimas minorias e, portanto, aquilo que lhe estamos a propor é que se faz parte do seu programa eleitoral envolva, inclua, não exclua, da forma como tem feito até agora. Como Presidente de Junta de uma área tão importante todos nós teremos a ganhar, e é esse o repto que lhe deixamos.-----

E essa questão de se ser a segunda ou a terceira força partidária, sabe que não há ninguém que ganhe sempre ou perca sempre!-----

Deixe o caciquismo para as suas reuniões internas. Estamos na Assembleia Municipal da Figueira da Foz e aquilo que nós estamos a propor é que, de uma vez por todas, aceite a opinião de todos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: "Eu queria realmente responder às questões colocadas de uma maneira séria.-----

Não posso compreender como é que a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz diz que não se falou de extinção do Parque de Campismo naquela reunião no Clube Marítimo da Gala, quando até estavam lá muitos utentes desse Parque de Campismo. Quanto ao hotel, obviamente, só se poderá construir quando realmente estiverem as obras todas concluídas, mas se estivéssemos há espera do vosso apoio para as executar não teríamos obras nem hotel em São Pedro.-----

Quanto à folhinha A4 e fazer uma consulta a todos os Covagalenses - eu porque ando na rua todos os dias sei a opinião dos Covagalenses e, mais uma vez, terei que falar nas últimas eleições, nas quais a Coligação Democrática Unitária teve uma derrota bastante pesada, quem sabe, devido ao mentor que às vezes têm na Freguesia de São Pedro. E aí sim, fazendo uma folhinha A4 perguntando se os Covagalenses apoiam ou não esse vosso mentor, então aí teriam uma surpresa, se calhar bastante desagradável.-----



Senhor deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, eu respeito a democracia. Infelizmente, eu sei que a Freguesia de São Pedro é um bocadinho longe e há também as duas pontes, mas porta da sede da Junta está sempre aberta para qualquer força política e tenho todo o gosto em receber quem quer que seja para discutir o Cabedelo. É nos sítios certos que procuramos resolver os problemas reais para as nossas Freguesias, e não vir para aqui, por vezes, fazer algum folclore e eu, para isso realmente, não sirvo.-----

Quando quiserem discutir o Cabedelo ou o 5.º molhe ou aquilo que queiram da freguesia de São Pedro e das suas populações, terei sempre a porta aberta.-----

Ainda dizer outra coisa - realmente o Partido Social Democrata elegeu duas pessoas nas últimas eleições autárquicas, e eu gostaria que o grupo municipal do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal as ouvisse, porque foram essas duas pessoas que deram a cara por vós e são essas duas pessoas que são a favor desta requalificação do Cabedelo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu agradecia ao Senhor Presidente de São Pedro que quando alguém fala prestasse atenção ao que o outro diz.-----

Eu perguntei-lhe se a extinção do Parque de Campismo, a construção do hotel e todas as outras coisas estavam claramente explicitadas no seu compromisso eleitoral, que foi depois sufragado pela população.-----

O Presidente da Junta referiu que anda todos os dias na rua e sabe a opinião dos Covagalenses, mas olhe que eu não vivo lá mas também sei a opinião de bastantes deles, e não corresponde àquilo que o senhor aqui está a dizer.-----

Agora, gostaria que me informasse quem é que é o nosso mentor. Nós não temos mentores, discutimos em coletivo e avançamos para o trabalho e para a luta, e é o campo onde nos mexemos melhor.-----

Não sei se o folclore era comigo mas vou-lhe dizer, se foi comigo isto é um elogio porque para mim o folclore é uma atividade muitíssimo respeitada e que não pode servir para graçolas de mau gosto e infelizes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Ficamos hoje aqui a saber que o Senhor Presidente da Junta de São Pedro é um perito analista em resultados eleitorais, fantástico! Mas deixe-me dizer que «presunção e água Benta cada um toma a que quer».-----

O Partido Social Democrata nunca foi contra a requalificação do Cabedelo. Estamos é preocupados com o que se está a fazer. E no Clube Marítimo da Gala foi apresentado



um projeto, projeto esse que não corresponde à realidade atual. E portanto, seria bom que voltassem a apresentá-lo. E desminta-me se for verdade - o que foi dito quanto ao Parque de Campismo é que ele iria ser deslocalizado e não que ia ser eliminado.-----

Portanto, senhor Presidente tenha um bocadinho mais de cuidado com a sua intervenção e com a forma como está a tratar a oposição. Se não vai dar força àquilo que já há bocado dissemos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Não tenho nenhuma procuração para defender o meu colega de São Pedro, mas o trabalho do executivo da Junta de Freguesia de São Pedro é meritório e tem que ser respeitado. Sei as dificuldades com que se trabalha no terreno. Por isso, acho injusto não darem valor ao Presidente de Junta ou aos Presidentes de Junta que são a primeira porta onde as populações batem.-----

Recordo que aquando da requalificação marítima de Buarcos, o muro que muitos apelidaram de muro da vergonha porque não viam o mar, levei com tudo e só ouvia dizer «aquela obra está tão mal feita».-----

Palavras sãs e almas sãs, tudo bem, mas parece-me haver aqui palavras que não são sãs, e as almas também não são as melhores. Há posições realmente antagónicas. As minorias são para ser respeitadas, são sim senhor, mas também não são donas da verdade, nem da razão. E se compararmos o trabalho que está ali a ser feito com as obras em Buarcos, verificamos que as dificuldades que as forças opositoras nos criaram são semelhantes.-----

O pensamento é livre mas cuidado em exprimir o seu pensamento porque, às vezes, pode ofender a moral cívica das pessoas. O deputado municipal António Santos Salgueiro pode ficar melindrado com certas intervenções e temos de compreender que quando ele diz algo para se poder defender, por vezes, nem sempre sai da melhor forma. Mas eu estou contigo António Santos Salgueiro, os Presidentes de Junta estão contigo sempre, porque passamos por isto e até por muito mais!-----

Tenho uma opinião própria e já manifestei a forma como não vai funcionar o Bypass. Pode fazer-se o Bypass natural sem quase custos nenhuns, não é prejudicial ao ambiente, e nasce mais a Norte, demoraria muito tempo mas, se calhar, as coisas começariam por aí. No entanto, estou com a Câmara e com o António Santos Salgueiro porque reconheço que por vezes as coisas não são tão fáceis como parecem.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Apenas duas notas muito rápidas.-----



Em primeiro lugar, só gostava de esclarecer que há aqui determinadas afirmações que eu gostava que fossem feitas com mais cuidado. Senhor Presidente de Junta com a questão das mentes sãs quer dizer quem concorda é são e quem não concorda deixa de ser são. Mesmo assim, não é correto da sua parte, enquanto Presidente de Junta, usar essa expressão.-----

Em segundo lugar, já percebemos hoje que é perito em trânsito pois até se permite ter opiniões sobre trânsito em Buarcos sem qualquer estudo que as suportem, agora, também é perito sobre o Bypass, portanto, estamos conversados em relação às suas competências.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: “É simples, estamos a discutir o ponto 5.7 para votar uma adenda a um Contrato Interadministrativo que, por acaso, até é influenciada pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira, e estamos aqui a falar se o deputado é são ou não é são, se disse ou se não disse, sobre o que se disse no Clube Marítimo da Gala, etc.-----

Se lá fora assistissem este ponto as pessoas teriam vergonha desta Assembleia Municipal. Tem de haver um bom senso das pessoas não se inscreverem três ou quatro vezes no mesmo ponto. Estamos aqui há já 25 minutos com deputados a inscreverem-se três vezes para o mesmo ponto, com o devido respeito pergunto o que estamos aqui a discutir e quais são as dúvidas.-----

Tem de haver aqui algum bom senso, senão mais vale fazermos uma grelha de tempos também para a ordem do dia.-----

Cada ponto da Ordem do Dia tem uma hora no máximo, mas parece que esta Assembleia quer interpretar que tem uma hora no mínimo. Para isso também começamos aqui a gastar tempo a falar do nabo e da cenoura, que é o que estamos a fazer aqui há 25 minutos, no meu entender e sem querer ferir suscetibilidades.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Um grupo municipal com duas pessoas utiliza muito tempo, somos acusadas. Admito que sim, temos usado muito tempo, mas tudo aquilo que dizemos achamos importante referir.-----

Lamento o tom do Presidente de São Pedro, não é a primeira nem a segunda vez que ele faz isto e espero que não seja a última, significará que ficará aqui durante muito tempo, mas é lamentável a forma como o senhor trata toda a gente que não está de acordo com ele, como ele.-----

Eu também conheço São Pedro há muitos anos, o senhor sabe disso, agora, querer-



nos fazer crer que só porque não somos de São Pedro, ou só porque não somos de Buarcos, ou só porque não somos de outra Freguesia qualquer, como já aconteceu anteriormente nesta Assembleia, não sabemos nem podemos ter opinião, francamente! Falaremos sempre que entendermos, somos duas, pois olhe esperamos ansiosamente vir a ser mais.-----

E digo mais, nós quando vimos para a Assembleia Municipal não temos pressa quer haja jogo de futebol quer não haja, ou de basquete ou outra coisa qualquer. Se o deputado municipal João Raul Portugal quer no futuro limitar a palavra das pessoas, não conseguirá!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Que fique bem claro que eu não quis criar aqui um incidente que não existe. -----

É óbvio que quando uma pessoa se desvia do ponto em discussão, pode intervir claro, mas do meu ponto de vista houve muitos desvios, quando já estamos a falar de análise dos resultados eleitorais de São Pedro num ponto sobre o Cabedelo e a adenda a um Contrato Interadministrativo..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Eu ia evocar umas palavras do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco quando ele falou de alma sã e de eu já ser perito em transito e em bypass, contrapondo-lhe que não sou perito, mas procuro aprender. Sou perito em tentar levar a nossa Freguesia e o nosso Concelho, sem discussões estéreis que não levam a lado nenhum."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Nunca pensei que um Presidente de Junta pelo trabalho que faz fosse um cacique. Enquanto Presidente de Junta não me revejo nem aceito essas palavras, provavelmente aquilo que se ouviu aqui deve ser espelho de outras coisas e não dos Presidentes de Junta.-----

Fiquei também muito triste pelo facto do meu amigo José Matias Tavares ter sido quase considerado um indivíduo incapaz para validar, avaliar e acompanhar aquilo que acontece. O Presidente de Junta andar e opinar sempre, é essa a sua função e, por isso, reduzi-lo a não perceber nada de transito, não fala se não percebe nada de engenharia, não diga nada, então extingam a imagem de Presidente de Junta, porque efetivamente os autarcas presentes não ficaram satisfeitos com a forma como foram agora há pouco tratados."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.



PEDRO ALVES MACEDO: "Eu acho que é público, e quem me conhece sabe, o respeito e admiração que eu tenho pelos Presidentes de Junta de Freguesia. Não o estou a dizer de trinta e um de boca, sabem que estive 16 anos na assembleia de freguesia, e nunca por circunstâncias que agora não vêm ao caso, quis enveredar pelo executivo. E repito, eu tenho uma admiração e respeito enormes pelos Presidentes de Junta de Freguesia, para que isto fique bem claro.-----

O que acontece aqui é que eu fiquei, para já, triste pelo caminho que esta discussão levou. Permitam-me dizer aqui que se alguém faltou ao respeito aos Presidentes da Junta de Freguesia não foi, com certeza, da nossa parte, pelo menos que eu entendesse isso. Nunca ninguém faltou ao respeito aqui nem hoje nem em circunstância alguma.-----

Se alguém levou isto para o caminho da partidarite aguda, se me permitem a expressão, foi o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro que começou a falar em resultados eleitorais, começou a falar da vergonha dos resultados duns e do excesso de outros. Portanto, nós não falámos mais do que isso.-----

Quero também aqui dizer o seguinte - temos o direito a discordar das opções políticas e não só, que os Presidentes de Junta ou o Presidente da Câmara tomam relativamente a cada um dos assuntos e a cada um dos temas que vêm à baila e vêm para ser debatidos.-----

Não podem é ser escamoteados, não podem é ser ridicularizados de forma a que isto passe a opinião que toda a gente que questiona e que duvida é logo colocado como caciqueiro. Isto faz lembrar um bocado aquela coisa que «quem se mete com o Partido Socialista leva». Eu nunca vi aqui esta terminologia, aqui discutem-se as opções políticas, debatem-se as várias opções, agora, levar isto para este campo!-----

E lamento muito, mas deputado João Portugal se alguém levou isto para os vinte e cinco minutos, não fomos nós, com certeza."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Lucília Marinho Cunha e Vitor Gonçalves Alemão, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 116.º a 120.º, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, do



Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e onze votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata, e dos membros da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar com a Agência Portuguesa do Ambiente, IP, uma Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado em 18 de dezembro de 2018, tendo em vista a concretização do processo de cooperação técnica para a execução de Obras de Proteção Litoral integradas no Projeto Área de Reabilitação Urbana do Cabedelo - 2.ª Fase - Proteção e Reabilitação Costeira e Dunar, e a candidatura a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.8 - PROPOSTA DE ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SEGUROS, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA PARA OS LOTES 1 - SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL - 3 - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS - 4 - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS - 5 - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DE BOMBEIROS - 6 - SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - E 7 - SEGURO DE MULTIRRISCOS - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento para aquisição de seguros - Lote 1 - Frota Automóvel; Lote 3 - Acidentes Pessoais; Lote 4 - Acidentes Pessoais Autarcas; Lote 5 - Acidentes Pessoais Bombeiros; Lote 6 - Responsabilidade Civil; Lote 7 - Multirriscos - através de Consulta Prévia ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pelo prazo de doze meses, cujo valor global de despesa estimada é de 200.450,00 € (duzentos mil quatrocentos e cinquenta euros), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado nos termos do art.º 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, na sua última redação.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Lucília Marinho Cunha, e Vitor Gonçalves Alemão, e do Partido



Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração dos contratos desta aquisição de seguros pelos anos económicos de 2019 e 2020, os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2019 - 100.225,00 € (cem mil duzentos e vinte e cinco euros), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado;-----

2 - Ano económico de 2020 - 100.225,00 € (cem mil duzentos e vinte e cinco euros), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração da Organização dos Serviços Municipais no sentido de se criar 01 (uma) unidade orgânica flexível a ocupar por cargos de direção intermédia de 2.º grau, e 02 (duas) unidades orgânicas flexíveis - Serviços a ocupar por cargos de direção intermédia de 3.º grau, fixando-se em 22 (vinte e dois) o número máximo total de unidades orgânicas flexíveis, e em 11 (onze) o número máximo de titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau; e ainda, 05 (cinco) subunidades orgânicas, fixando-se em 14 (catorze) o número máximo de subunidades orgânicas, e 02 (dois) Gabinetes na Presidência, mantendo-se em 02 (dois) o número Máximo de equipas de projeto.-----

Esta proposta tem subjacente o facto de se pretender operacionalizar de forma mais eficiente os Serviços Municipais, designadamente, no Departamento de Obras Municipais e Ambiente, Divisão de Urbanismo e Divisão de Educação e Assuntos Sociais.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Pretende-se a alteração da organização dos Serviços Municipais fixando-se o número máximo total de unidades orgânicas flexíveis, ou seja, Divisões e Serviços, em 22, de titulares de cargos de direção intermédia de



3.º grau em 11, e de subunidades orgânicas em 14, criando-se ainda 02 Gabinetes na Presidência e mantendo-se o número máximo de equipas de projeto em 02.-----
Qual é a mais-valia desta alteração para o Município? Esta alteração está diretamente relacionada com a Lei-quadro n.º 50/2018, relativa à transferência de competências?-----

Aproveito o ensejo para perguntar quando é que a Subunidade Orgânica de Núcleos Museológicos resolverá a questão, que eu já aqui suscitei na sessão de setembro de 2018, do horário de funcionamento reduzido do Núcleo Museológico do Mar sediado na Freguesia de Buarcos e São Julião, de forma a melhorar o mesmo.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Apenas um ponto de ordem à Mesa. De facto, o problema é o conjunto dos assuntos sobre os quais nós temos de nos pronunciar em cada sessão deste órgão. Nós não queremos passar ao lado das matérias e as sucessivas questões levantadas aqui provam que os deputados municipais estudam os dossiers, estão interessados em esclarecer situações, e isso é bom para a Câmara Municipal e para os nosso eleitores.-----

Por isso, sugiro que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz reúna, pelo menos mais uma vez por ano, para o número de assuntos incluídos na sua Ordem de Trabalhos não ser tão extenso. Irei nos próximos dias formalizar esta proposta de se considerar a possibilidade de realizar mais uma sessão da Assembleia Municipal por ano, precisamente, para obviar a que as nossas sessões demorem tanto tempo.-----

Neste ponto em concreto, a Câmara Municipal apresenta-nos mais uma proposta de alteração da Organização dos Serviços Municipais e não ficamos completamente esclarecidos acerca das razões que lhe estão subjacentes. Por isso, gostaríamos de saber qual é a razão de fundo desta alteração.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Esta alteração à Organização dos Serviços Municipais e até outras que possam vir a surgir, reflete o contínuo ajustamento dos serviços face à resposta a dar aos figueirenses e às suas solicitações.-----

Sentimos a necessidade de ter um maior acompanhamento das empreitadas e criámos a Divisão das Empreitadas, era preciso prepararmo-nos para a delegação de competências no domínio da educação e criámos as três subunidades, entendemos que o serviço de informática devia estar ao nível superior em termos de organograma, porque serve todos os serviços da Camara, e modificámo-lo, verificamos que era importante ter uma unidade que gerisse a nossa imensa frota de veículos e criamos



uma Subunidade Orgânica. Foram pequenos reajustes que consideramos importantes para prestar um melhor serviço público.-----

E, para mim, o importante não é ter algo que se perpetue no tempo. Felizmente, agora, vamos alterando e vamos ajustando, a questão é só essa, e é tão simples como isso!-----

Estão aí as transferências de competências e mal elas sejam assumidas se for necessário trazer uma outra proposta de alteração à Organização dos Serviços Municipais ela será trazida aqui, no pressuposto de que esta assembleia tem sempre o direito de votar contra no âmbito do exercício da democracia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Serei telegráfico. Eu também estou de acordo que ajustemos sempre que seja necessário mas, quando ajustamos tantas vezes tal significa que houve um erro de planeamento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Lucília Marinho Cunha, Vitor Gonçalves Alemão, Fernanda Marques Lorigo, José Matias Tavares, e Bebiana Sampaio Marques, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Tiago Cadima Jorge e Pedro Alves Macedo, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua última redação, e alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e oito votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata e dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a presente alteração da organização dos serviços municipais criando 01 (uma) unidade orgânica flexível a ocupar por cargos de direção intermédia de 2.º grau, e 02 (duas) unidades orgânicas flexíveis - Serviços a ocupar por cargos de direção intermédia de 3.º grau, fixando-se em 22 (vinte e dois) o número máximo total de unidades orgânicas flexíveis, e em 11 (onze) o número máximo de titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau; e ainda, 05 (cinco) subunidades orgânicas, fixando-se em 14 (catorze) o número máximo de subunidades orgânicas, mantendo-se em 02 (dois) o número máximo de



equipas de projeto.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Depois de ter estudado este ponto a Coligação Democrática Unitária tinha intenção de se abster. Porém, quando numa segunda leitura percecionamos que esta dispersão de subunidades orgânicas tem a ver com a malfadada questão da transferência de competências para as autarquias, então a Coligação Democrática Unitária vota contra.-----
Lamenta-se, contudo, e batemos sempre na mesma tecla, o facto deste documento prever a contratação de algum pessoal, constatando-se que o pessoal operário é sempre reduzido em relação aos quadros médios ou superiores chamados a trabalhar na Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----
Por todas estas razões o nosso voto contra."-----

5.10 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando seis postos de trabalho de Técnico Superior, dois deles em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, três em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, e um para preencher em regime de mobilidade com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, e ainda, dois postos de trabalho de Assistente Operacional- área de Eletricista em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Esta proposta fundamenta-se na urgente necessidade de reforçar as equipas do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, no tocante aos lugares de assistentes operacionais e ao Técnico Superior com formação em Higiene e Segurança no Trabalho, da Divisão Jurídica e Contencioso relativamente ao lugar de Técnico Superior - Jurista, e dos Serviços de Contratação Pública, Veterinário Municipal, e Proteção Civil no tocante aos restantes Técnicos Superiores.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "

Na proposta de alteração do mapa de pessoal por diversas vezes é referida a questão da transferência de competências da administração central para as autarquias locais



como uma das principais razões para a contratação dos recursos humanos referidos. Assim, pergunto se esta mesma transferência de competências levará a futuras contratações e alterações do mapa de pessoal.-----

Relativamente a contratação de um médico veterinário municipal questiono o porquê da nota do Vereador sobre a possível parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não consegui perceber a questão da eventual parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, peço desculpa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA:" No documento está uma nota que julgo ser do Vereador Fernando Miguel Pereira mencionando que relativamente à contratação de um médico veterinário municipal, é possível agilizar uma eventual parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA:" Tem a ver com a contratação da veterinária e é nessa perspetiva. Mas, não vale a pena andarmos aqui em grandes polémicas.-----

Referimo-nos em grande parte a contratação de assistentes operacionais, porque queremos reforçar os serviços da Câmara em termos de limpeza, de jardinagem, de eletricitistas e, ainda, de higiene e segurança. Pretendemos que os nossos trabalhadores exerçam as suas funções nas melhores condições, tenham a formação necessária e que seja dado todo o apoio às Juntas de Freguesia que, também, não têm recursos especializados nestas áreas.-----

As contratações de técnicos superiores são, essencialmente, para colmatar as dificuldades sentidas, mas se olharem bem para os lugares abertos a grande incidência é para assistentes operacionais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Era apenas para ressaltar aqui uma questão da intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Não é verdade que a maioria sejam técnicos superiores, pois, das dezoito contratações dez são assistentes operacionais.-----

Era só para fazer esta correção e para ficar em ATA, reforçando um bocadinho aquilo que foi dito aqui pelo Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu falei na redução dos assistentes operacionais e no



aumento dos Quadros Técnicos e Técnicos Superiores quando estávamos a discutir o ponto 5.9 e não neste.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Lucília Marinho Cunha, Vitor Gonçalves Alemão, Fernanda Marques Lorigo, e José Matias Tavares, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Tiago Cadima Jorge e Pedro Alves Macedo, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e seis votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2019, nele se criando seis postos de trabalho de Técnico Superior, dois deles em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, três em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, e um para preencher em regime de mobilidade com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, e ainda, dois postos de trabalho de Assistente Operacional- área de Eletricista em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: “Embora este documento também se farte de remeter para a famigerada transferência de competências, dado que parece aqui um pouquinho atendida a reivindicação da Coligação Democrática Unitária, quase centenária, de contratação de quadros operários, votamos a favor a proposta.”-----

5.11 - PLANO DE PORMENOR PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA FIGUEIRA DA FOZ - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA E PROPOSTA FINAL

Pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta final do Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, acompanhada do



Relatório de Ponderação da Discussão Pública, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo os anexos números sete e oito à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Apenas para colocar algumas questões.-----
Quantas empresas espera a autarquia que venham a ser acrescentadas ao Parque Industrial da Figueira da Foz após esta ampliação? Como espera a autarquia assegurar a proteção da integração paisagística da unidade? Quais serão as medidas de salvaguarda ambiental levadas a cabo? Qual o início previsto para a prossecução ou a renovação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Uma das questões que nós queríamos colocar era exatamente a primeira pergunta do deputado municipal do Bloco de Esquerda, a saber, quantas empresas espera a autarquia que venham a ser acrescentadas ao Parque Industrial da Figueira da Foz após esta ampliação.-----

A outra questão é que nós pensamos que continua a haver neste Parque Industrial duas formas de acesso. Pelo menos, foi aquilo que depreendemos do que vimos. Nós consideramos que deveria haver um terceiro acesso para o lado da E.N.109."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não lhes consigo dar um número de empresas agora, sob pena de cometer alguma incorreção. Aquilo que eu posso dizer assertivamente é que são 38 lotes. Se cada empresa utilizar um lote, são 38 empresas. Se algumas pedirem a junção de um ou mais lotes, serão menos empresas. Mas, para já, temos lá 38 lotes. Como espera a autarquia assegurar a proteção da integração paisagística da unidade? A legislação obriga a ter ali uma zona de segurança, se não me engano, são 100 metros em todo o lado. Relativamente à parte de embelezamento, vamos ter os espaços verdes possíveis.-----

Fundamentalmente estamos inseridos no meio de uma Mata Nacional, onde o Município tinha uma área de terreno que permutou com outra, pertencente ao Estado, e localizada junto da atual Zona Industrial. Portanto, entregamos um terreno de área igual ao Estado para fazer a florestação necessária. Em termos de árvores e floresta nacional não tirámos um milímetro à Mata Nacional.-----



Para já, os acessos são aqueles que estão previstos e, mesmo assim, estamos a falar de uma intervenção só na Zona Industrial na ordem dos 05 milhões de euros. Depois, temos a zona da Estação de Tratamento de Águas Residuais, porque também queremos tratar outros efluentes, portanto, é uma obra de grande dimensão.----- Vamos tentar dar este passo agora, que só será possível e também é bom que se diga, se existirem fundos e, por isso, também é nossa preocupação efetuar uma candidatura a fundos comunitários, que será entregue hoje caso seja aprovado por esta Assembleia. Na verdade, é uma obra de grande dimensão, mas também consideramos de elevada pertinência e importância para o Concelho e para a Região.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, e Vitor Gonçalves Alemão, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, Manuel Rascão Marques e Pedro Alves Macedo, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 5 do art.º 48.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua última redação, e n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira, e sem votos contra, aprovar o Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

CÉLIA QUERIDO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: “Não tenho absolutamente nada contra a expansão do Parque industrial e Empresarial da Figueira da Foz situado na zona Sul do Concelho, mas como presidente de uma Junta de Freguesia da zona Norte gostaria que o Parque Industrial do Pincho fosse olhado da mesma forma ou merecesse a mesma atenção, pois é uma estrutura que ajudaria a fixar muito mais população jovem daquele lado. Foi apenas por esta razão que me absteve.”-----



5.12 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 14 DE DEZEMBRO DE 2018 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 27 de maio de 2019, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberações da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017 e 14 de dezembro de 2018, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número nove à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 19 de junho de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Andreia Santos Garcia, Lucília Marinho Cunha, Vitor Gonçalves Alemão, Fernanda Marques Lorigo, Clarisse Silva Oliveira, e Rui Pinto Ferreira, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas por deliberações da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017 e 14 de dezembro de 2018.-----

5.13 - APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE SÃO PEDRO NO VALOR DE 34.000,00 € - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente para conhecimento uma proposta de apoio financeiro à Freguesia de São Pedro no valor de 34.000,00 €, com fundamento no facto de nos dois últimos anos letivos, por força da construção do novo Centro Escolar, aquela Freguesia não ter tido a possibilidade de fornecer diretamente as refeições escolares, tendo deslocado os assistentes operacionais afetos a essas funções para a manutenção dos espaços verdes e lúdicos da Freguesia. Este pessoal não era pago pelo Município nem pela Freguesia, porém ao ser destacado para outras funções implicou um aumento de encargos para a Junta de Freguesia.-----
Este processo foi votado favoravelmente em reunião de Câmara de 20 de maio de



2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Se eu fosse uma mente não sã, e não sou, sou muitíssimo boa pessoa, até dava para dizer que embirramos com a Freguesia de São Pedro, o que não é verdade! Eu gosto muito de São Pedro e de muita gente em São Pedro, mas neste ponto a Coligação Democrática Unitária tem aqui um pequeno reparo a fazer, o qual até pode ser despropositado, mas o senhor Presidente da Câmara nos dirá. - Dizem-nos aqui ter sido necessário conceder um apoio financeiro à Freguesia de São Pedro no valor de 34.000,00 €, tendo a ver com questões do Centro Escolar e do Leslie. Depois, na página dois do documento pode ler-se «Assim, nestes termos, propõe-se que:» e chamo a vossa atenção para a parte a negrito «A Câmara Municipal ... autorize a atribuição do apoio à Freguesia de São Pedro no valor de 34.000,00 €, para colmatar as necessidades essenciais dos seus recursos, com os fundamentos expostos na informação técnica em anexo.»-----

E atrás dizia-se que ia ser aprovado tendo em conta que o Acordo de Execução de Delegação de Competências celebrado em 2018, fora aprovado pela Assembleia Municipal, mas vigorara apenas durante um ano, e termina propondo que se dê conhecimento à Assembleia Municipal.-----

Por que razão é que a Assembleia Municipal vê minorizada a sua importância, enquanto órgão deliberativo, e não foi chamada a votar esta matéria?-----

No início desta mesma página, mas se calhar as necessidades assim o obrigam, causando um pouco de frisson que a manutenção dos espaços verdes e a limpeza das vias e espaços públicos da Freguesia tenham sido entregues a quem esteve, até agora, a fornecer refeições escolares às crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo.----

Isto remete-nos para a questão da polivalência dos trabalhadores indiferenciados que tão depressa limpam o pó como cortam um bife, e isto não nos parece muito bem. Se calhar, não haveria outra saída, porque se despedissem aqueles e contratassem outros... São os problemas de trabalho, mas convém não nos esquecermos que para cada coisa que é preciso fazer é necessário haver formação, e podem ser as próprias entidades patronais, neste caso a Câmara Municipal, a fornecer a essa formação. - Estes senhores e senhoras afinal o que são? Jardineiros, varredores, cozinheiros ou distribuidores de comida?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia. -

NUNO MELO BISCAIA: "Congratulo-me pelo apoio financeiro à Freguesia de São Pedro e, efetivamente, isso só corrobora o facto do Presidente da Junta de Freguesia de



São Pedro, o meu caro amigo António Santos Salgueiro, ser efetivamente um líder forte.-----

As suas intervenções, mesmo não estando cá a comunicação social, já estão no Facebook, e as da Coligação Democrática Unitária também, vá-se lá saber no Blog de quem!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Compreendi a questão da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, mas permitir-me-á explicar-lhe o contexto desta situação.-----

Temos uma escola em que o Presidente da Junta de Freguesia, no caso concreto, de São Pedro, assumiu a confeção das refeições, e que por motivos de obras e depois em consequência do Leslie, esteve durante uma série de tempo sem poder proceder à confeção dessas refeições.-----

Portanto, foi contratualizado com o Presidente da Junta e com os funcionários que, durante o período em que não estariam a confecionar as refeições, colaborassem em tarefas de limpeza e manutenção do espaço público. Este foi o enquadramento encontrado para resolver um problema financeiro da Junta e um problema de desemprego dos funcionários.-----

Pareceu-nos da maior justiça que o encargo com o pagamento destes funcionários não tivesse de ser assumido apenas pelo Presidente de Junta, até porque o orçamento das Freguesias, como é do conhecimento mais duns e menos de outros, são orçamentos exíguos.-----

Não há soluções perfeitas mas, parece-me que será mais fácil criticar esta do que arranjar uma alternativa a ela."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: " Não me respondeu àquela questão de eu, enquanto deputada municipal, me sentir menorizada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É verdade, este assunto para ter sido escorreitamente tratado, devia ter sido resolvido até 2018. Não foi possível porque não tínhamos fundos disponíveis para fazer esta transferência, devido aos gastos com o Leslie, que rondam, no mínimo, quatro milhões de euros. Daí, só agora ter sido concretizada. De maneira nenhuma, a intenção não foi menosprezar este Órgão. Foi, apenas, a maneira de resolver um assunto que não tinha sido possível resolver de outra forma."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Andreia Santos Garcia, Lucília Marinho Cunha, Vitor Gonçalves Alemão, Fernanda Marques Lorigo, Clarisse Silva Oliveira, e Rui Pinto Ferreira, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 8 da deliberação relativa ao ponto 5.1 da sessão desta Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, tomou conhecimento do apoio financeiro concedido pelo Município da Figueira da Foz à Freguesia de São Pedro, no valor de 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros, tendo em vista colmatar necessidades essenciais dos seus recursos.-----

5.14 - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ AO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - APROVAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ALTERAÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º 121.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (RJIGT) - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à alteração por adaptação e aprovação da respetiva declaração de alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

Esta alteração decorre da entrada em vigor do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e é elaborada em cumprimento das disposições emergentes da alínea b) do n.º 1, e nºs 3.º e 4.º do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

O Regulamento do Plano Diretor Municipal com as alterações já incluídas, dá-se aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dez à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de junho de 2019, tendo sido emitida a respetiva declaração de alteração, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela aprovação do Plano Diretor Municipal, para conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu sei que já estão muito aborrecidos, mas é assim. Mas também lhe digo mais, ainda ontem ouvi na televisão uma coisa muito interessante - porque razão é a influência do Partido Comunista Português muito maior na rua



do que refletida nos atos eleitorais? Eu sei é o preconceito!-----
Nós sabemos que esta alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal tem a ver com a Lei, congratulámo-nos com isto porque não se podem repetir as desgraças de 2017.-----

Agora, sobre esta questão das limpezas, cumprir a lei, as faixas, chegámos a reunir com Juntas de Freguesia, nomeadamente, com Ferreira-a-Nova, e fizemos há cerca de um mês atrás mais uma nota à comunicação social, apelando que os populares têm de dar a mão à Lei não deixando que os matos cresçam desregradamente.-----
Se a comunicação social, que já não está nesta sala, tivesse dado eco daquilo que nós escrevemos, que era um pequeno texto... Porém, sabemos que nunca reproduzem na totalidade, mas alguma coisa dizem, e fizeram uma notinha num canto do jornal.--
Então nós transformámos a nota à comunicação social numa nota às populações, e aos domingos e aos sábados quando a gente resolver ir tomar café aqui e acolá, distribuímos uns papelinhos a lembrar os nossos concidadãos que devem manter a ervinha baixinha para não haver desgraça."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Aqui a situação até um bocadinho diversa e eu acredito que o Partido Social Democrata concordará, porque aqui se tratava da zona de edificação dispersa que tinha risco de incêndio, e como o risco já lá estava é permitido construir."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Lucília Marinho Cunha, Vitor Gonçalves Alemão, Fernanda Marques Lorigo, Clarisse Silva Oliveira, e Rui Pinto Ferreira, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições emergentes do n.º 4.º do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, tomou conhecimento da alteração por adaptação ao Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz e conseqüente declaração de alteração, efetuada em cumprimento das normas constantes da alínea b) do n.º 1, e n.º 3.º do artigo e diploma invocados.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Permita-me dar uma nota, porque é do conhecimento público que tem estado um munícipe lá fora a pedir a minha demissão. Ele pede a minha demissão, porque foi avisado para limpar um terreno insalubre, e não o fez.



Passados 60 dias, fomos verificar e como o munícipe não tinha limpo notificámo-lo para limpar. Decorrido esse tempo limpou mas, nós admoestámo-lo e aplicámos as custas do processo, no valor de 51 euros.-----

Quero dizer a esta Assembleia que tudo continuaremos a fazer para manter os terrenos limpos, não colocando em causa a vida de pessoas e os bens.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “A minha função nesta Assembleia Municipal será sempre de moderador. É uma função difícil e eu gostaria por vezes que estivessem no meu lugar para sentir essas dificuldades.-----

Há um comentador na CMTV, adepto de um clube, que antes de começar a falar quase sempre diz «com sinceridade» e eu já sei que vem ali asneira. Há outro que diz «tenho por vossa excelência o maior respeito e admiração», e vem aí asneira.----

Quando os deputados municipais se desviam dos temas em análise, se os tiver de mandar calar não é por estar contra ninguém em particular.-----

Há bocado o deputado municipal Manuel Fernandes Domingues pediu-me para falar, já por duas ou três vezes eu tinha dito que estava esgotado o tempo, pode ter sido uma coincidência, mas ele levantou-se e foi-se embora.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Em defesa do deputado municipal Manuel Fernandes Domingues, digo ao Presidente da Assembleia Municipal que pode ficar absolutamente descansado, pois ele tinha-me comunicado, antecipadamente, que àquela hora teria de se ausentar. Portanto, não tem qualquer relação com o facto de não lhe ter concedido a palavra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Paulo Pinto, Lucília Marinho Cunha, Vitor Gonçalves Alemão, Fernanda Marques Lorigo, Clarisse Silva Oliveira, e Rui Pinto Ferreira, e do Partido Social Democrata, Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----